

FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA NONAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO**  
2 **DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA**  
3 **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Presidência:** Professora Doutora Sandra Margarida  
4 Nitrini, Diretora da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Aos vinte e um  
5 dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez, no Salão Nobre da Faculdade, realizou-se a  
6 supracitada reunião da Congregação, em terceira convocação. **COMPARECIMENTOS:**  
7 Professores e funcionários: Modesto Florenzano, José Antonio Vasconcelos, João Roberto Gomes  
8 de Faria, Paulo Roberto Arruda de Menezes, Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, Lineide do Lago  
9 Salvador Mosca, Marcos Fernando Lopes, Ricardo Souza de Carvalho, Roberto Bolzani Filho,  
10 Manoel Fernandes de Souza Neto, Antonio José Bezerra Menezes Júnior, Maria Augusta Weber  
11 da Fonseca, Jurandyr Luciano Sanches Ross, Glória da Anunciação Alves, Esmeralda Vailati  
12 Negrão, Marcello Modesto dos Santos, Sérgio Adorno França de Abreu, Marli Quadros Leite,  
13 Vagner Gonçalves Silva, Madalena Natsuko Hashimoto Cordaro, Jorge Gustavo da Graça Raffo,  
14 Fernando Magalhães Papaterra Limongi, Dário Horácio Gutierrez Gallardo, Sylvia Maria Caiuby  
15 Novaes, Arlete Orlando Cavaliere, Marlene Petros Angelides, Maria Augusta da Costa Vieira, Ieda  
16 Maria Alves, Daniel Puglia, Shirlei Lica Ichisato Hashimoto. Como assessores atuaram: Kely  
17 Cristine Soares da Silva, Luciana Roman Lopes (ATAC), Leonice Maria Silva de Farias e  
18 Ismaerino de Castro Júnior (ATFN), Antonio Carlos Eigenheer (Serviço de Graduação) e Eliana  
19 Bento de Amatuzzi Barros (SCS). **JUSTIFICATIVA:** Justificaram a ausência os seguintes  
20 membros: Professores Doutores Valéria de Marco (DLM), Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos  
21 (DLM), Marina de Mello e Souza (DH), Ana Paula Torres Megiani (DH), Ana Cecília Arias  
22 Olmos (DLM), Rosane de Sá Amado (Centro de Línguas), Maria Teresa Celada (DLM), Marie  
23 Annie Junqueira (DH), Ana Paula Scher (DL), Augusto Cesar Freire Santiago (ASSINF), Sonia  
24 Marisa Luchetti (SBD), Rosangela Sarteschi (DLCV), Renato Janine Ribeiro (DF), Eni de  
25 Mesquita Samara (DH), Laura Patrícia Zuntini Izarra (DLM), Vera Lúcia do Amaral Ferlini (DH)  
26 e Eduardo Vieira Martins (DTLLC). **EXPEDIENTE:** 1 A Senhora Presidente coloca em votação a  
27 ata da reunião realizada em 30/09/2010, enviada quando do envio da convocação para esta sessão.  
28 2. A Senhora Presidente comunica com pesar o falecimento Senhora NAYZA SOARES WISNIK,  
29 mãe do Professor Doutor José Miguel Soares Wisnik, docente do Departamento de Letras  
30 Clássicas e Vernáculas, ocorrido em 07/10/2010. 3. A Senhora Presidente comunica que o  
31 Professor Doutor **JOÃO PAULO CÂNDIA VEIGA** foi indicado como vice-presidente da  
32 Comissão de Pesquisa, com mandato de 24/09/2010 a 23/09/2012. 4. A Senhora Presidente  
33 comunica que o Professor Doutor **RICARDO NASCIMENTO FABRINI** foi eleito membro da

FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

34 Comissão de Graduação, no período de 18/10/2010 a 17/10/2012. **5.** A Senhora Presidente  
35 comunica que a Professora Doutora **ENI DE MESQUITA SAMARA** foi indicada como Editora  
36 Responsável, e a Professora Doutora **ESMERALDA VAILATI NEGRÃO**, como Editora  
37 Associada do Conselho Editorial da Revista da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, a  
38 contar de 14 de outubro de 2010. **6.** A Senhora Presidente comunica que o Professor Doutor  
39 **WANDERLEY MESSIAS DA COSTA**, que ocupava anteriormente o cargo de coordenador da  
40 Coordenadoria de Comunicação Social (cargo este assumido atualmente pelo Professor Doutor  
41 ALBERTO CARLOS AMADIO que, por sua vez, até dias antes era o Chefe de Gabinete), assume  
42 o cargo de coordenador de Relações Institucionais, junto à Reitoria, cuja função terá como foco a  
43 articulação entre as diferentes instâncias do poder público e organizações empresariais em geral  
44 com potencial de interação com a universidade e será responsável pela implantação e coordenação  
45 do escritório de representação da USP em Brasília, cuja atividade deverá assegurar uma atuação  
46 mais eficiente da instituição junto aos diferentes órgãos do Governo Federal e o Congresso  
47 Nacional. **7.** A Senhora Presidente comunica que foram criados a Coordenadoria de Gestão  
48 Ambiental e o cargo de Coordenador de Gestão Ambiental, assumido pelo Professor Doutor  
49 **WELLINGTON BRAZ CARVALHO DELITTI**, que pertence ao Instituto de Biociências, que  
50 terá como principal tarefa congregar os esforços para que a USP seja uma instituição efetivamente  
51 sustentável e para tanto atuará em todos os campi da universidade, identificando necessidades e  
52 planos de ação em cada um deles. Sem mais nada a tratar, a Senhora Presidente passou a palavra  
53 ao **Expediente da Comissão de Graduação (CG):** Com a palavra, a Professora Doutora Marli  
54 Quadros Leite, Presidente da referida Comissão, apresentou o Professor Doutor Antonio José  
55 Bezerra Menezes Júnior, representante do Departamento de Letras Orientais (DLO) junto à CG,  
56 responsável pelo trabalho de consolidação dos dados do SIGA (Sistema Integrado de Indicadores  
57 de Graduação), através de elaboração de planilhas, considerados relevantes para o conhecimento  
58 do funcionamento da graduação, a fim de disponibilização destes dados para consulta. Ato  
59 contínuo, o Professor Doutor Antonio José Bezerra Menezes Júnior passou a apresentação dos  
60 quadros dos diversos questionários aplicados aos Coordenadores de Curso e Presidentes de CG,  
61 docentes e discentes, como o quadro evolutivo de participação dos docentes e discentes da USP e  
62 da FFLCH no SIGA; o nível de satisfação quanto à infra-estrutura e ao planejamento,  
63 comunicação, cooperação e cursos na FFLCH; quadro sobre o âmbito do planejamento, os  
64 aspectos das disciplinas e sua avaliação na FFLCH; condições sócio-culturais dos alunos e seu  
65 nível de conhecimento do projeto político-pedagógico do curso; de satisfação com o curso; o  
66 quadro de nível de participação em atividades de extensão promovidas pela USP e de iniciação

## A T A S

científica. O Professor Doutor Antonio José Bezerra Menezes Júnior, ao relatar os resultados da última avaliação do SIGA, destacou que muitas questões indicam apenas um perfil, não representam críticas, mas sim peculiaridades de cada unidade, como por exemplo, indicam que a tradição de uma determinada unidade é oferecer aulas expositivas. Fez um breve resumo de como são apresentados os questionários pelo SIGA divididos entre alunos, docentes e gestores (presidentes de CG e coordenadores de curso). O questionário “Sociocultural” é aplicado aos alunos. O questionário de avaliação de disciplinas, de periodicidade semestral, é aplicado tanto aos alunos, ex-alunos e docentes, respeitando as particularidades de cada categoria. Questões sobre infra-estrutura são apresentadas junto ao questionário de avaliação de disciplinas. O questionário que avalia a participação procura medir eventuais dificuldades encontradas durante o processo. A avaliação do curso é de periodicidade anual. Para se ter uma percepção da média de participação no SIGA considerando a USP como todo, pode-se constatar que no 1º semestre de 2010, de um valor total de 5.873 (cinco mil oitocentos e setenta e três docentes), 907 (novecentos e sete) docentes participaram, sendo registrado um percentual de 15%. O Professor Doutor Antonio José Bezerra Menezes Júnior considerou a participação representativa, mesmo que a princípio pareça baixa, uma vez que as adesões espontâneas estão de acordo com a realidade deste tipo de pesquisa, com questionários que devem ser respondidos pela internet, o que costuma em média obter um percentual de 10%. Quanto à participação de docentes na FFLCH, no 1º semestre de 2010, de 489 (quatrocentos e oitenta e nove) docentes, 66 (sessenta e seis) participaram, dando uma média percentual de 13,5%, o que foi considerado um bom sinal. Conferindo com os dados do 2º semestre de 2009, há um crescimento que se deve à campanha de divulgação. Foi feita uma comparação com as cinco maiores unidades e o número de docentes. Se fosse feito um “ranking” de participação absoluta, a FFLCH ficaria em segundo lugar no quadro de docentes participantes, o que provavelmente se deve também pelo tamanho da própria unidade. Se fosse feito um “ranking” de participação percentual, a FFLCH ficaria no 21º lugar, o que deixaria a unidade exatamente no meio da escala. Conclui-se a participação da FFLCH no preenchimento do SIGA está de acordo com a média. O destaque ficou com a EACH, que conseguiu uma participação percentual de 40%. Nos dados relativos aos alunos foram encontrados alguns erros no sistema e já foram encaminhados para Pró-Reitoria de Graduação para devida correção. No 1º bloco de questionários, vislumbram-se as questões respondidas pelos docentes que avaliam o nível de satisfação, cuja formulação foi feita com base em uma escala de 1 (um) a 6 (seis), sendo 1 para totalmente insatisfeito e 6 para totalmente satisfeito, como por exemplo na questão que media o nível de satisfação em relação às salas de aulas. De tal modo que para serem respondidas as

## FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

100 questões do sistema na internet, há tabelas para serem preenchidas com notas de um a seis, o que  
101 torna o questionário imenso, neste formato, o que exigiu um esforço de consolidação desses dados.  
102 Para melhor análise, foram considerados indicadores de satisfação a escala de 04 (quatro) a 06  
103 (seis) e para indicadores de insatisfação, a escala de 01 (um) a 03 (três). No quesito infra-estrutura,  
104 os dados do SIGA refletem um sentimento comum na FFLCH, quanto às condições na sala de  
105 aula: a) 33% dos docentes da área de Ciências Sociais estão satisfeitos; b) Letras apenas 11% dos  
106 docentes se julgam satisfeitos. Com relação aos laboratórios, o índice de satisfação ainda que seja  
107 o dobro, gira em torno de 20 ou 30%, o que é considerado pouco. Os dados referentes ao curso de  
108 Filosofia não são considerados estatisticamente relevantes, pois houve apenas um participante. No  
109 *computo* geral da Faculdade, a insatisfação se faz crescente, o que requer maior cautela e  
110 investigação com base nos números, mas também de cunho qualitativo, pois em casos, por  
111 exemplo, de reforma do espaço, o barulho das obras pode incomodar, sem que se leve em  
112 consideração no momento de atribuir uma nota que um fato como este, além de provisório, apenas  
113 antecede uma melhora concreta das condições. Foi feito um cruzamento de dados com os índices  
114 de satisfação referentes às salas de aulas das cinco grandes unidades (Escola de Comunicação e  
115 Artes - ECA; Escola Politécnica - EP e Artes Humanidades - EACH e Faculdade de Economia e  
116 Administração - FEA). Os índices de satisfação na FEA impressionam pois, se na FFLCH como  
117 um todo, aqueles docentes que se consideram satisfeitos, no quesito estrutura das salas de aula,  
118 somaram 13%, 88% dos docentes da FEA afirmaram estar satisfeitos. Isto mostra que a percepção  
119 da infra-estrutura nas unidades varia bastante. Outro bloco de questões refere-se ao âmbito em que  
120 se dá o planejamento das disciplinas da FFLCH, se no nível de coordenação de disciplinas, ou de  
121 área ou ainda nas Comissões de Graduação. Trata de identificar a característica da faculdade  
122 quanto ao planejamento. No caso da FFLCH, a característica é que o planejamento se dá ao nível  
123 da coordenação de área e de disciplinas. Com relação a planejamento, comunicação e cooperação,  
124 a Faculdade teria um índice de satisfação bastante razoável como um todo. Porém, atentando para  
125 as áreas de Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, História e Letras, há muita pouca variação.  
126 Então o SIGA vai fornecendo fotografias da graduação que serão tanto mais precisas quanto maior  
127 o número de participantes. A mesma questão pode ser apreciada num quadro evolutivo do 2º  
128 semestre de 2009 até o 1º semestre de 2010 que, por ora, fornecem poucos dados para que uma  
129 trajetória seja traçada. Futuramente, o acúmulo de informações poderá ser mais elucidativo.  
130 Detalhando o número de participação por questionários respondidos, apresentou o curso de Letras  
131 como o maior contingente, por ter maior número de docentes. Quanto às disciplinas, as questões  
132 foram relativas às ementas das disciplinas, se estão atualizadas no Júpiter, se contribuem para o

## A T A S

133 desenvolvimento das competências, se as competências estão claramente explicitadas aos alunos,  
134 se pretende desenvolver a disciplina, nas quais se observa variações distribuídas por curso. O  
135 Professor Doutor Antonio José Bezerra Menezes Júnior informou que alguns tópicos merecem  
136 aprofundamento, como é o caso da infra-estrutura para compreender o que exatamente está  
137 trazendo satisfação ou insatisfação, e demais questões como canais de comunicação, sistemas  
138 eletrônicos, reuniões ou qualquer outro canal. Importante ressaltar que os meios eletrônicos são  
139 amplamente utilizados. Sobre os métodos didáticos, como aulas expositivas, seminários, trabalhos  
140 em grupos, os questionários possibilitaram um perfil, sem se tratar de uma crítica. Quanto à  
141 avaliação, como provas dissertativas ou provas de teste, a característica da FFLCH são as aulas  
142 expositivas e a sua tradição são os trabalhos individuais. Outra questão que diz respeito à  
143 articulação da disciplina em relação ao curso e ao período consta do bloco exaustivamente  
144 discutido na última reunião da CG por conta da falta de clareza na formulação da questão, e será  
145 sugerido aos coordenadores do SIGA uma revisão. A questão que trata da proporção  
146 aluno/professor nas aulas teóricas também apresenta variações quanto aos cursos. Alguns cursos se  
147 mostram satisfeitos com a proporção, enquanto outros, se dizem bastante insatisfeitos. Por essa  
148 amostragem, os docentes do curso de História apresentam queixas quanto à proporção. Quanto ao  
149 nível de satisfação com a disciplina, o próprio docente declara-se satisfeito ou insatisfeito com as  
150 disciplinas. O Professor Doutor Antonio José Bezerra Menezes Júnior finaliza a apresentação do  
151 1º bloco de questionários sobre os docentes e passa para o 2º bloco que se refere aos discentes, que  
152 apresenta uma série de questões que fornecem o perfil sociocultural, como os meios de informação  
153 utilizados. Justamente neste bloco surgiram problemas de erro de informação que comprometeram  
154 as totalizações e conseqüentemente o cálculo percentual ficou comprometido, pois, apesar dos  
155 números de respostas estarem corretos, as somas, ao final da tabela, estão incorretas. No quesito  
156 “tempo de deslocamento para USP”, a opção que mais chamou a atenção, “entre uma e duas horas  
157 e meia”, sugere um grande dispêndio de tempo aos estudantes para chegar à universidade. O  
158 Professor Doutor Antonio José Bezerra Menezes Júnior ressalta que essa informação interessa  
159 mais ao Gestor da cidade universitária no sentido de prover mais opções de transporte público,  
160 posto que o transporte coletivo é o mais utilizado. Este bloco se baseia em escalas de 1 a 6 para  
161 medir o nível de satisfação. Entre os discentes, há também um nível de insatisfação com relação à  
162 infra-estrutura em geral, perceptível pelo maior número de respostas na escala de 1 a 3 e o mesmo  
163 se dá quanto às instalações, mobiliário e salas de informática. O que sinaliza uma área rica de  
164 investigação. O Professor Doutor Antonio José Bezerra Menezes Júnior ressalta entretanto que o  
165 administrador que lidar com a questão deve redimensionar os dados para o devido planejamento. O

## A T A S

166 nível de conhecimento dos projetos político-pedagógicos (PPP), que se encontram disponível no  
167 SIGA, não se revelou satisfatório, mas, apesar de todas as deficiências, há um grau de satisfação  
168 com relação ao curso e aos docentes. Quanto à participação em atividades de extensão, o nível  
169 pode ser considerado baixo, assim como a atividade de iniciação científica, mas se encontra na  
170 média e requer uma contextualização para explicitar as condições de pesquisa. O Professor Doutor  
171 Antonio José Bezerra Menezes Júnior resalta que o SIGA é uma ferramenta que traz indicadores  
172 que podem ser explorados posteriormente. O terceiro e último bloco de questionários, semelhante  
173 aos demais, foi aplicado junto a coordenadores de grupo e presidentes de Comissões de Graduação  
174 e trata de dados relativos a toda a USP, totalizando 111 coordenadores de curso e 33 Presidentes  
175 da CG que participaram da última rodada de pesquisas do SIGA. Com relação à divulgação, pouco  
176 mais da metade se disseram satisfeitos com o processo. Com relação às ações desenvolvidas junto  
177 aos docentes, também teve um resultado mediano, assim como o quadro de dificuldades  
178 encontradas. Com relação ao envolvimento dos Gestores, auferido através de questões  
179 direcionadas exclusivamente aos presidentes de Comissão de Graduação, quanto ao nível de  
180 participação de docentes e alunos, observou-se 12% entre os coordenadores e 18% entre os  
181 presidentes. A percepção dos coordenadores de curso e dos presidentes de CG com relação ao  
182 nível de participação revelou-se pouco afastada da realidade, posto que a média da USP é de 15%,  
183 o que sugere que os valores estão bastante precisos. No 4º bloco de questionários, quanto às ações  
184 definidas para análise do SIGA, revelou-se que poucos ainda estão participando. Mesmo sem ser  
185 pioneira, a FFLCH vem realizando um trabalho mais aprofundado que outras unidades. O fato de  
186 participantes da FFLCH terem encontrado erros significa que ninguém antes tinha olhado  
187 atentamente esses relatórios. Quanto ao acompanhamento dos planos de metas de Graduação, a  
188 maioria dos presidentes de CG considera que o processo está se dando efetivamente. Quanto aos  
189 problemas e dificuldades encontrados no SIGA, revelou-se um índice mediano, posto que o  
190 sistema não apresenta grandes dificuldades no preenchimento mas talvez não seja tão efetiva ainda  
191 a política de divulgação, algumas questões mereceriam uma melhor formulação. Os questionários  
192 do SIGA são aplicados a cada semestre, como a avaliação de disciplina, ou anualmente, como a  
193 avaliação do curso proposta junto aos coordenadores de curso. Os resultados relativos ao 2º  
194 semestre de 2009, quando foi feita a avaliação, mostram quais cursos e áreas tiveram participação.  
195 O Professor Doutor Antonio José Bezerra Menezes Júnior faz uma ressalva quanto a uma versão  
196 anterior do sistema que apresentava um defeito, atualmente corrigido. Ao terminar o  
197 preenchimento o usuário tinha que usar a tecla “avançar”. No entanto este procedimento não  
198 salvava o trabalho, mesmo após ter sido efetuado. Já na versão atual, a opção “avançar” faz com

## A T A S

199 que o preenchimento é gravado automaticamente. Muitas áreas tiveram esse problema, mas só  
200 vieram a descobrir mais tarde. Questões sobre planejamento e periodicidade receberam mais  
201 comentários de algumas áreas, o que é de grande valia para aqueles que sistematizam os dados.  
202 Quanto às atividades de planejamento e avaliação do curso, cada área caracterizou os métodos que  
203 utiliza. O Professor Doutor Antonio José Bezerra Menezes Júnior exibiu o quadro de números de  
204 alunos que desenvolveram projetos de iniciação científica (concedidas por vários órgãos de  
205 fomento, como CNPq, Fapesp, Finep, fundações privadas e outras), bolsa-monitoria, bolsa do  
206 Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE) ou participaram no Programa de Apoio à  
207 Realização e/ou Participação em Eventos voltados à Graduação (PRÓ-EVE), no Programa de  
208 Educação Tutorial (PET), em empresas juniores ou atividades extracurriculares. O Professor  
209 Doutor Antonio José Bezerra Menezes Júnior pediu que os coordenadores de curso busquem  
210 conhecer os dados de antemão, para só então preencher os questionários. O Professor Doutor  
211 Antonio José Bezerra Menezes Júnior chamou atenção para o quesito “internacionalização”, tópico  
212 relevante atualmente, pelo grande esforço nas políticas nesse sentido. Cada área deu sua  
213 contribuição. O Professor Doutor Antonio José Bezerra Menezes Júnior finalizou a apresentação  
214 informando que assim que os dados relativos aos alunos forem corrigidos e atualizados serão  
215 disponibilizados para que cada área faça sua própria avaliação. Em aparte, o Professor Doutor  
216 Vagner Gonçalves da Silva, Chefe do Departamento de Antropologia (DA), questionou se as  
217 tabelas apresentadas serão distribuídas. Em resposta, a Professora Doutora Marli Quadros Leite  
218 disse que assim que reconfigurassem os dados, disponibilizaria à Diretora da Faculdade para  
219 distribuição. Aparte, a Senhora Marlene Petros Angelides propôs que fosse enviado a todos os  
220 membros da Congregação. Com a palavra, a Professora Doutora Marli Quadros Leite disse ter sido  
221 importante a CG ter detectado os pontos que requerem reformulação. Informou que foi marcada  
222 uma reunião com o coordenador do SIGA. Já foram alterados os dados numéricos tendo em vista  
223 que o SIGA estava duplicando os dados e resolvendo problemas de redação nas perguntas.  
224 Ressaltou a importância da FFLCH se movimentar no sentido de conseguir maior adesão, pois se  
225 trata de mais um instrumento de gestão diferente daquele tipo de avaliação que é tão discutido na  
226 Universidade. Disse ser instrumento que realmente mostra uma fotografia do andamento dos  
227 trabalhos na Faculdade e tanto a Direção quanto a Comissão podem trabalhar com esses dados que  
228 pode suprir as deficiências. Com a palavra, o Professor Doutor Modesto Florenzano, na qualidade  
229 de presidente do Colegiado ( em função da ausência temporária da Senhora Presidente), passou a  
230 palavra aos demais membros. **Expediente da bancada dos servidores não docentes** – Com a  
231 palavra, A Senhora Marlene Petros Angelides passou aos informes: “o Reitor João Grandino

## A T A S

232 Rodas mantém para com os funcionários uma postura truculenta e provocadora. Não temos  
233 nenhuma negociação satisfatória do acordo de greve ou o atendimento do acordo. Essa decisão do  
234 Reitor de suspensão do feriado para funcionários, mas mantendo a suspensão das aulas para  
235 professores e alunos, foi recebida com bastante revolta. Os funcionários, todos sabem, se  
236 empenham muito, estão aqui todos os dias, de oito às vinte e uma horas, se deslocam de lugares  
237 distantes e no retorno para casa. Para os funcionários seria uma forma de ter um repouso,  
238 descanso. O nosso sindicato fez assembléia antes de ontem, de sócios, que deliberou que caso a  
239 Reitoria mantenha o feriado, nós faríamos paralisação na quinta-feira e na sexta-feira. Como foi  
240 assembléia de sócios, a decisão ficou para ser tomada amanhã, ao meio dia e meia. É possível que  
241 se a assembléia for numerosa, pode ser decidido algo nesse sentido. Nós, também, sabemos que  
242 há boatos de que o Reitor não estaria disposto a estender o Prêmio de Excelência da Universidade,  
243 prêmio que desde 2008, a Universidade tem dado a professores e funcionários. Que o Reitor não  
244 estaria disposto a conceder este prêmio aos funcionários ou oferecer o prêmio num valor menor  
245 que o valor para os docentes. Essa informação veio de dentro da Reitoria, de funcionários que  
246 trabalham muito próximos do Reitor. Isso também tem gerado muito descontentamento aos  
247 funcionários, apesar de não se ter uma definição com relação a isto. Mas, essas histórias estão  
248 correndo e os funcionários pensam não ser nada difícil diante do que o Reitor tem feito. Isso tudo  
249 tem colocado um clima bastante ruim, de insatisfação, revolta. Outro informe é sobre a última  
250 decisão da Congregação em formar uma Comissão preliminar com relação aos assuntos essenciais  
251 durante a greve, como o funcionamento da biblioteca, com a participação dos funcionários da  
252 biblioteca. Eu mandei informe aos funcionários sobre a discussão feita naquela Congregação e os  
253 funcionários fizeram uma reunião numerosa na biblioteca. Eu participei. Foi discutida a proposta  
254 da formação da comissão e os funcionários redigiram o documento, com trinta e oito assinaturas  
255 de um total de quarenta e três pessoas. Cinco pessoas não assinaram o documento: a Diretora da  
256 biblioteca, a Senhora Sonia Marisa Luchetti, o Vice-Diretor, o Chefe de atendimento ao usuário,  
257 uma bibliotecária do Serviço de Aquisição e Intercâmbio - SAI, uma funcionária da biblioteca, que  
258 trabalha na casa de cultura japonesa, e um auxiliar de biblioteca, que está em período de  
259 experiência”. Em seguida, a Senhora Marlene Petros Angelides passou a leitura do documento: “À  
260 Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Os funcionários da Biblioteca  
261 Florestan Fernandes vêm manifestar sua posição em relação à decisão da Congregação de formar  
262 comissão para estabelecer um acordo de funcionamento da biblioteca em período de greve.  
263 Considera a Congregação que os serviços desse setor são essenciais e devem funcionar em regime  
264 de plantão quando na ocorrência de greves. Inicialmente, manifestamos em relação à greve. É

## A T A S

265 garantido pelo direito aos trabalhadores defenderem por meio da greve as reivindicações que sejam  
266 relevantes para a melhoria de sua condição de trabalho social e econômica. No caso da biblioteca,  
267 além de defender que seu direito de greve seja garantido, os funcionários, com base em  
268 experiências anteriores apontam a impossibilidade de um funcionamento parcial dos serviços dada  
269 à grande circulação diária de usuários: mais de mil ao dia. Acrescenta-se ainda que o fato da  
270 demanda de serviços por usuários ficaria super concentrada nos plantões, o que exigiria a presença  
271 de um grande número de funcionários ou a sobrecarga de trabalho dos plantonistas. Mesmo um  
272 atendimento parcial requer o trabalho de praticamente todos do atendimento, ainda mais porque se  
273 trata também de assegurar a disponibilidade do acervo circulante e sua integridade. No que diz  
274 respeito à essencialidade dos serviços da biblioteca, os funcionários, mais do que ninguém, sabem  
275 da importância desses serviços, mas consideram tal argumento uma interpretação limitadora do  
276 direito de greve. O artigo 11 da Lei de Greve dispõe: ‘nos serviços ou atividades essenciais, os  
277 sindicatos, os empregadores, os trabalhadores ficam obrigados de comum acordo a garantir,  
278 durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades  
279 inadiáveis da comunidade’. Acrescentando o parágrafo único do mesmo artigo que ‘são  
280 necessidades inadiáveis da comunidade aquelas que, se não atendidas, colocam em perigo  
281 eminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população’. Quanto à decisão da  
282 Congregação de formar uma comissão com a finalidade proposta, lembramos que quem deve  
283 definir em períodos de greve os serviços que serão executados e como serão executados, conforme  
284 dispõe a lei, é o sindicato ou uma comissão de negociação legitimada pelos trabalhadores,  
285 mediante acordo com a entidade patronal ou diretamente com o empregador. A Comissão da  
286 Congregação majoritariamente institucional não se enquadra nessa possibilidade, mesmo porque  
287 foi formada desconsiderando uma posição sobre o assunto, claramente apresentada pelos  
288 funcionários da biblioteca, na mesma seção da Congregação. Em razão do exposto, os funcionários  
289 decidiram que participaram da referida comissão e tampouco a reconhecem como instância de  
290 decisão sobre uma prerrogativa que pertence a cada trabalhador. São Paulo, 08 de outubro de  
291 2010. Os funcionários da biblioteca abaixo-assinados”. O Professor Doutor Modesto Florenzano,  
292 na qualidade de Presidente do Colegiado, propõe uma interrupção no andamento da reunião para  
293 atender ao pedido de uma comissão de alunos que deseja expor uma reivindicação. A Senhora  
294 Presidente Professora Doutora Sandra Margarida Nitrini, retornando à presidência da mesa, na  
295 qualidade de Diretora da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), acatou o  
296 direito à manifestação aos estudantes que desejam discutir uma matéria, a qual a congregação já  
297 havia deliberado. Ficou acordado que o único a se expressar seria o aluno João Paulo Decara, que

## A T A S

298 procede a leitura de um documento previamente distribuído aos membros da Congregação,  
299 recebido através de um protocolo e anexado à ata da reunião. A Professora Doutora Sandra  
300 Margarida Nitirini passa a palavra ao aluno João Paulo Decara. Com a palavra, o aluno João Paulo  
301 de Cara: “Boa tarde! Gostaria de dizer antes de ler o texto que nós trouxemos que, primeiro, a  
302 gente não responsabiliza uma pessoa, de maneira nenhuma. Em nenhum momento, o movimento  
303 estudantil organizado na Faculdade de Letras responsabilizou uma pessoa, mas sim todos aqui  
304 presentes que deliberaram sobre essa questão. E segundo, a gente vem aqui, sim, para falar em  
305 nome dos muitos professores, que nos contaram sobre esta Portaria, insatisfeitos; dos muitos  
306 alunos que vieram procurar o Centro Acadêmico, que levaram a pauta a uma assembléia com mais  
307 de trezentas pessoas e que deliberou por esta carta. Dito isto, vamos ler a carta, principalmente  
308 pela falta de discussão que não chegou, não chegou ao curso, não chegou nos professores,  
309 efetivamente, por mais que possa ter sido feita, por mais que se tenha sido levado de alguma  
310 maneira, não foi a maneira eficaz. O aluno João Paulo de Cara procede à leitura do documento:  
311 “Nós, estudantes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade  
312 de São Paulo, nos posicionamos contra a Portaria FFLCH-17, publicada no dia 20 de agosto de  
313 2010, que ‘estabelece normas sobre alteração de frequência e notas, pedidos de inclusão de  
314 disciplinas no Histórico Escolar, e matrículas’. Entendemos a necessidade de organização do  
315 curso, dado o grande número do corpo discente, porém, pensamos que essa foi uma medida que  
316 não levou em conta a opinião do conjunto de alunos e professores, não considerando a realidade  
317 básica do curso como, por exemplo, o falho sistema de matrículas JúpiterWeb, amplamente  
318 criticado por alunos e professores. A postura do corpo docente em aceitar alunos não regularmente  
319 matriculados e regularizar sua situação ao fim do semestre é uma medida paliativa que visa  
320 justamente repor as falhas do sistema de matrícula. Além do mais, a liberdade de escolha do aluno  
321 é imprescindível pra nossa formação acadêmica, pois é possível optar por diferentes áreas,  
322 dependendo do foco do professor. A título de exemplo, citemos a matéria de Literatura Brasileira,  
323 onde o programa dos professores não é unificado, são tratados autores diferentes, criando uma  
324 pluralidade no curso essencial à formação crítica e ao pensamento reflexivo. Usa-se como  
325 argumento o fato de alguns professores terem salas vazias, e outras lotadas. Mas, antes de  
326 estabelecer qualquer norma, é preciso questionar: por que existem professores sem alunos? Não  
327 seria o momento de questionarmos a qualidade de aula dada por alguns membros do corpo  
328 docente? Obrigar os alunos a permanecerem com professores que apresentam deficiências  
329 acadêmicas não resolve o caso, inclusive, prejudica nosso processo de desenvolvimento escolar.  
330 Essa posição pela Pró-Reitoria de Graduação somente torna mais evidente o grande descaso com a

## FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

331 graduação que existe em nossa Universidade. Reivindicamos a revogação desta portaria. Se  
332 concordarmos todos que há necessidade de organizar o curso, que isso seja discutido com todos os  
333 estudantes e professores, aqueles que realmente estão inseridos no cotidiano da faculdade e que,  
334 tendo ciência de seus problemas, poderão decidir, de maneira democrática, os rumos do curso.  
335 Exigimos, portanto: 1) a imediata revogação da Portaria FFLCH nº 017;2) a convocação de uma  
336 plenária com todo o corpo discente, e docente para a discussão de um projeto democrático  
337 referente ao controle de alunos em sala. Assina: “Centro Acadêmico de Estudos Linguísticos e  
338 Literários ‘Oswald Andrade’ – Gestão Veredas”. Com a palavra, a Senhora Presidente agradeceu a  
339 presença de todos e a colaboração no cumprimento do acordo e entregou ao aluno o documento  
340 devidamente assinado. A Senhora Presidente assegura a anexação e o protocolo do documento,  
341 agradece pela presença de todos, pelo fato de terem colaborado com o acordado e recebe a ressalva  
342 feita pelo representante dos estudantes, o aluno João Paulo de Cara, de que os estudantes não  
343 responsabilizam individualmente nenhuma pessoa. Nesse sentido, a Senhora Presidente se  
344 manifesta, na qualidade de Diretora da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH),  
345 com relação ao cartaz, que foi amplamente divulgado e chegou a seu conhecimento, cujo teor  
346 responsabiliza a presidente da comissão de graduação. A Senhora Presidente esclarece que a  
347 responsabilidade é da Congregação da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e  
348 compreende que no momento em que o representante dos estudantes faz essa ressalva, há um  
349 recuo em relação ao conteúdo defendido nos cartazes. A Senhora Presidente delibera que seja  
350 registrada a manifestação, que conste em ata da reunião e que caberá a congregação inclusive  
351 ponderar e deliberar a solicitação da comissão de alunos. Aparte, o aluno João Paulo de Cara disse:  
352 “Eu gostaria de fazer um adendo. O curso de Letras, o Movimento Estudantil como um todo é livre  
353 e feito de diversos grupos. E cada grupo tem toda liberdade de se expressar, da maneira que achar  
354 melhor, de fazer o balanço que achar necessário do que ele acredita. Em nenhum momento, a  
355 professora ou membro aqui recebeu nada do centro acadêmico ou da assembléia da Letras, da  
356 FFLCH”. Com a palavra, a Senhora Presidente disse que pelo menos há um reconhecimento  
357 público perante os diversos grupos estudantis, diversos grupos políticos ou grupos político-  
358 estudantis de que a responsabilidade recai sobre a Congregação e não sobre um componente  
359 específico da Congregação. A Senhora Presidente disse que todos fiquem cientes de que uma  
360 determinação é deliberada em várias instâncias e que o fato de uma determinada pessoa assinar  
361 uma portaria não a tornava única responsável. A Senhora Marlene Petros Angelides pede um  
362 esclarecimento: “Eu havia entendido que isso [a deliberação] tinha vindo da Pró-Reitoria de  
363 Graduação. Na época em que foi discutida, eu tive a impressão que isso tinha vindo da Reitoria. E

## FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

364 eu queria entender. É uma decisão da nossa Congregação ou é uma decisão da Reitoria que a  
365 Congregação teve que enfim acatar? É isso que eu gostaria de entender”. A Senhora Presidente  
366 passa a palavra para a Professora Doutora Marli Quadros Leite, para que esclareça sobre eventuais  
367 irregularidades provenientes dessa situação. Com a palavra, a Professora Doutora Marli Quadros  
368 Leite esclarece que, na qualidade de Presidente da Comissão de Graduação (CG), mantém uma  
369 postura técnica, de quem tem liderado um grupo para trabalhar em prol da melhoria do andamento  
370 da graduação da faculdade. A portaria toca em dois quesitos. O 1º foi amplamente discutido  
371 durante um longo tempo, inclusive, no ano passado que foi o problema da frequência. A  
372 frequência, prevista nos documentos maiores da Universidade, teve uma regulamentação através  
373 de uma resolução do Conselho de Graduação e a FFLCH deveria se manifestar sobre a modalidade  
374 de tomada desta frequência. Todos os departamentos se envolveram na discussão. Os  
375 representantes discentes dos Departamentos deveriam ter acompanhado a discussão. Na Comissão  
376 de Graduação também prevê a representação discentes que não aparecem nas reuniões e a FFLCH  
377 não poderia esperar e deu prosseguimento aos trabalhos. A faculdade decidiu que a melhor  
378 maneira de tomar a frequência seria por folha ou boletim de frequência. A Comissão respondeu ao  
379 Conselho de Graduação sobre a questão da frequência. A Faculdade tinha que regulamentar. E foi  
380 regulamentada pela Portaria FFLH nº 017, que também tratava de outra questão muito séria na  
381 Faculdade que é o problema das matrículas. Há na Universidade de São Paulo uma matrícula  
382 sistêmica pelo sistema Júpiter. O Sistema Júpiter, há dois anos para toda USP e, há três anos,  
383 desde o projeto-piloto trabalha com sistema de interação de três vezes. A partir de 2011, serão  
384 quatro interações. Na primeira interação, a matrícula longa, o aluno escolhe as disciplinas e o  
385 sistema seleciona os alunos que tem prioridade, com relação a semestre ideal e todo andamento do  
386 curso e o aluno deve acompanhar essa matrícula e verificar se foi efetivada. No caso do aluno ter  
387 escolhido uma dada disciplina, obrigatória ou optativa, mas não ter a prioridade, ele ficará com a  
388 matrícula pendente. O Sistema Júpiter fecha a primeira interação, abre uma segunda e notifica o  
389 aluno se ele tem matrículas pendentes. Assim acontece com as três interações e agora serão  
390 quatro. Depois deste processo, o aluno ainda tem o período para retificação, um período  
391 estabelecido no calendário, para retificar a matrícula. Ocorre que muitos alunos chegam ao início  
392 do semestre letivo, e desconhecem toda a sistemática e escolhem aleatoriamente os professores.  
393 Disto decorre o problema da super lotação de salas. Então, se havia uma previsão de sessenta,  
394 oitenta alunos na sala de aula com um determinado professor, de repente, ele recebe quarenta,  
395 cinquenta alunos a mais e as turmas ficam explodindo, não há salas suficientes, principalmente a  
396 faculdade de Letras, porque os alunos escolheram. Disto decorrem vários problemas: um deles

## A T A S

397 trata-se do aluno que tem sua matrícula com um professor de origem, se desloca, faz a disciplina  
398 com outro professor. A Comissão de Graduação teve sérios problemas no semestre passado. O  
399 novo professor faz um boletim à parte e pede a inclusão da nota na Seção de Alunos junto a  
400 secretaria. O professor de origem não aceita a nova nota e fica o aluno com nota zero. É a nota do  
401 professor origem que tem validade. A Comissão de Graduação deparou com vários alunos que  
402 tiveram sua nota final (zero) porque o professor de origem não aceitou a inclusão. Outro problema  
403 trata-se de alunos que se inscrevem com algum professor, que é mais exigente e mudam de  
404 docente, ficando reprovado com professor de origem e aprovado com o novo professor. Enfim, são  
405 inúmeros os casos de problemas com inclusão de notas. Ato contínuo, a Professora Marli Quadros  
406 leu um trecho de um dos documentos dos próprios alunos: **Leitura:** “Cabe ressaltar medidas  
407 anteriores como a implementação dos critérios de período ideal e média ponderada para matrícula.  
408 Na prática, sabemos que a maioria dos alunos de Letras acaba conseguindo se matricular nas suas  
409 matérias fora de prazo, por retificação, o que é regular, falando pessoalmente com o professor ou  
410 dando algum jeitinho, pois raramente há vagas suficientes, mesmo nas matérias obrigatórias”. A  
411 matrícula feita pelo Sistema Júpiter é justamente para acabar com o “jeitinho” e a “matrícula de  
412 balcão”. A matrícula é um direito para todos. Quanto às disciplinas obrigatórias, em que os alunos  
413 dizem que não há vagas, há vagas para todos. E todos os problemas que surgem, a Comissão de  
414 Graduação faz a avaliação individual daqueles alunos que tem justificativa relevante, que  
415 perderam matrícula e sabem justificar. Acredito que o grande problema, não da maioria dos  
416 estudantes, é exatamente a casualidade. Então pensando exatamente na regulamentação dessa  
417 matéria é que a Congregação depois de discutir o assunto e propor alterações e chegar a um  
418 resultado final aprovou esta Portaria. Mas a Congregação é soberana e pode rediscutir se achar  
419 oportuno. Para finalizar eu queria dizer que todo o período de transição é difícil, e isso realmente  
420 seria um período de mudança de cultura. Eu lembro então, um grande escritor que disse: “...Que  
421 para nascermos nos temos que destruir o mundo...”. Em aparte, o aluno João Paulo Cara disse:  
422 “Quando a gente tem uma crítica, quando não pode culpar o professor simplesmente, e surge na  
423 fala da professora, parece que a responsabilidade toda é do aluno. Parece que não temos um  
424 Sistema Júpiter que não funciona. Um sistema que todo mundo aqui acessa e que tem diversos  
425 problemas. Não é um problema de um aluno que não consegue se matricular; não é um aluno que  
426 se matrícula e depois some. São problemas diversos e todo mundo aqui sabe. A gente está  
427 acostumada a viver com isso. Eu estou no quinto ano, último ano do curso da Letras e por conta da  
428 mudança curricular de Letras, que fez o curso de Letras que era de quatro anos, passou para cinco  
429 anos. A mudança curricular é um grande problema, muito mal organizado. A gente não é contra a

## FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

430 organização. Pelo contrário, se quer que se organize o curso. Mas para que o Sistema Júpiter seja  
431 organizado da maneira adequada, a gente tem de ouvir as partes que se utilizam dele. Por isso, é  
432 ótimo ouvir a professora falar que sim, podemos mudar aqui, rediscutir e alterar a portaria que foi  
433 feita. Espero que vocês conversem com outros professores e com os outros alunos que estão  
434 insatisfeitos com a forma como a portaria foi baixada”. A Senhora Presidente despede-se dos  
435 alunos solicitando que eles se retirassem para dar prosseguimento à pauta da reunião. A Senhora  
436 Presidente, ato contínuo passou a palavra aos membros. Com a palavra, a Profa. Dra. Gloria Maria  
437 Anuniação, representantes dos doutores, relatou que no mês passado, na reunião da Comissão de  
438 Licenciatura, os representantes solicitaram uma posição sobre a abertura e fechamento de cursos.  
439 Os cursos mais prejudicados seriam os cursos de licenciatura. O Programa de formação de  
440 professores fez os cursos reformulados. Apareceu na imprensa que os cursos serão fechados  
441 porque não tem apelo social forte. Tomamos uma posição? Há boatos de que a FFLCH já teria  
442 inclusive uma decisão. A segunda trata-se da perseguição que alguns alunos vem sofrendo na  
443 universidade. Os alunos são chamados civil e judicialmente nas Delegacias de Polícia para depor  
444 sobre a ocupação de alguns prédios. Segundo os alunos, a escolha foi aleatória. Neste quadro estão  
445 incluídos alunos que receberam menção honrosa. Porque as coisas não correm dentro da  
446 universidade? Apareceu ontem, um problema onde 14 alunos, dois alunos do curso de Geografia e  
447 um deles recebeu menção honrosa. Parece estar correndo um processo não via institucional. A  
448 Senhora Presidente lembra que ouviu sobre a reformulação dos cursos, em várias reuniões em que  
449 participou na Reitoria. O que constava da programação da Faculdade era a reformulação dos  
450 próprios cursos, no sentido de sua continuidade ou não. Trata-se de um projeto oriundo da Pró-  
451 Reitoria, que coincidiu com a necessidade já posta na Faculdade há quatro anos, através de uma  
452 auto-avaliação. Em aparte, o Professor Doutor Sérgio França Adorno de Abreu, membro da  
453 Congregação junto ao Conselho Universitário, lembrou aos demais que também é membro da  
454 Comissão de Legislação e Recursos (CLR) e, nessa qualidade, tem acompanhado a pauta.  
455 Comprometeu-se a encaminhar para a Direção, quando surgir nas pautas da CLR um projeto de  
456 política acadêmica, como o tema da reformulação de cursos, pois a referida Comissão teria papel  
457 importante nesses assuntos colocados em pauta da Congregação. Em aparte, a Professora Doutora  
458 Marli Quadros Leite lembrou que o documento de princípios veio para a direção com cópia para o  
459 Conselho de Graduação, que se empenhou em divulgá-lo. Informou que o documento chegou em  
460 meados de junho ou julho e foi respondido. Disse que a CG solicitou aos departamentos que se  
461 manifestassem, e os que assim fizeram se mostraram favoráveis, posição que foi divulgada em  
462 reunião da Congregação. Quanto ao documento de princípios gerais de criação de cursos, não

## FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

463 havia nenhuma manifestação contrária. A Senhora Presidente faz uma ressalva que tal documento  
464 versava sobre os princípios para a criação de cursos e não sobre o cancelamento ou fechamento de  
465 cursos de graduação. Com a palavra, a Professora Doutora Marli Quadros Leite alerta que no  
466 corpo do documento há a expressão “cancelamento”, o que somente foi levantado posteriormente,  
467 em discussão junto ao Conselho de Graduação, foi explicado pela Pró-Reitora de Graduação e teve  
468 aprovação. Foi para o Conselho Universitário, onde também foi aprovado. Ressaltou que a  
469 Faculdade deve ter atenção, porque só depois que as determinações são publicadas e surgem na  
470 imprensa, os membros dos conselhos, docentes e estudantes tomam conhecimento. As  
471 deliberações são sempre decididas por uma minoria porque as pessoas não se atentam às  
472 mudanças. Disse ficar constrangida quando acontece esta situação. Disse que naquela época, a  
473 Faculdade respondeu que não havia nenhum óbice em relação aos princípios. A Professora  
474 Doutora Marli Quadros Leite encerra assim seus esclarecimentos. Em aparte, a Senhora Presidente  
475 disse que somente há pouco tomou conhecimento pela imprensa a respeito dos princípios e da  
476 política da Reitoria sobre a concessão de mais verba para os cursos que se atualizassem. Com  
477 relação ao documento “Princípios Gerais para criação de novos cursos”, já existe proposta de um  
478 departamento para criação de um novo curso na Faculdade. A Senhora Presidente diz-se bastante  
479 preocupada ao tomar conhecimento pela imprensa a respeito das intenções do Reitor João  
480 Grandino Rodas de implementar a concessão de verbas para estimular a competição entre as  
481 unidades. Com a palavra, o Professor Doutor Manoel Fernandes de Souza Neto lembrou que, na  
482 qualidade de representante dos Professores Doutores, participou da última reunião do Conselho  
483 Universitário, onde a questão da aprovação das diretrizes foi longamente discutida. Houve um  
484 apelo, já que havia 50% das unidades que não haviam feito a discussão acerca das diretrizes  
485 estabelecidas, para que se retomasse a discussão. Uma das propostas foi que não se aprovasse as  
486 diretrizes naquela reunião do Conselho Universitário e que retornassem aos institutos para que se  
487 pudesse com o maior tempo e cuidado analisar. A proposta foi derrotada e os princípios foram  
488 aprovados pela maioria expressiva dos participantes do Conselho. A posição dos representantes  
489 dos doutores era de que a discussão deveria se estender, em função exatamente dos riscos que os  
490 princípios trazem, especialmente no uso de determinadas palavras, porém o Conselho deliberou  
491 pela aprovação dos princípios nessa mesma ocasião. O Professor Doutor Manoel Fernandes de  
492 Souza Neto alerta que, segundo seu entendimento, tal deliberação criará problemas gravíssimos,  
493 pois as diretrizes abrem espaço para uma série de políticas na universidade, que servirão para  
494 fechar determinados cursos e abrir outros, com certo sentido mercantil. Reafirma que seria de bom  
495 tom o conselho voltar à discussão para que as congregações pudessem se expressar. Em aparte, a

## A T A S

496 Professora Doutora Esmeralda Vailati Negrão lembra que a questão já havia sido discutida nos  
497 departamentos, encaminhada para a Congregação como aprovada. Caberia aos departamentos, ao  
498 receberem o documento, demandar mais tempo para a discussão, o que não aconteceu. Logo, o  
499 documento veio para a Congregação com o entendimento de todos que foi aprovado, tanto que a  
500 diretora já assinou assegurando que o mesmo foi aprovado. O Professor Doutor Manoel Fernandes  
501 de Souza Neto lembra que foram somente dois departamentos que devolveram. Com a palavra, A  
502 Senhora Presidente disse que houve muita morosidade nas deliberações junto aos departamentos,  
503 apesar de haver prazos. Disse estar tranqüila quanto à posição tomada pela Congregação, que  
504 enviou e reenviou aos departamentos, segundo os prazos. Na FFLCH houve tempo suficiente para  
505 todos os departamentos responderem e rediscutirem, apesar das dificuldades em promover a  
506 discussão por causa da dificuldade de reunir os docentes, ocupados com suas atividades. A  
507 Senhora Presidente ressalta que deve haver, por parte dos docentes, mais comprometimento com a  
508 instituição e a situação em questão reflete exatamente a relações docentes com a instituição. Deve  
509 se reconhecer que há, além do caráter de disputa política na questão, a falta de comprometimento  
510 dos docentes quanto às suas atribuições administrativas, de tal modo que aqueles que estão na  
511 direção dos órgãos devem ficar atentos. Há questões cuja resolução não se concretiza pela  
512 morosidade nas decisões, e não podem ser deixadas em discussão “ad eternum” como por  
513 exemplo, a questão da elaboração do projeto de construção de um prédio para pesquisas. Em  
514 aparte, o Professor Doutor Manoel Fernandes de Souza Neto disse que acredita que deliberações  
515 mesmo já tendo sido discutidas elas podem ser modificadas, ou seja, não é vida a que deve se  
516 adaptar a lei, mas sim a lei que deve ser adaptada a vida. Independente do andamento dos  
517 processos, lembra que a FFLCH deve ter sensibilidade e que tudo tem que partir dessa percepção.  
518 Relatou que ele e a Professora Doutora Sandra Margarida Nitrini participam de uma comissão que  
519 discutirá os critérios para a progressão horizontal de Professores Doutores e Professores  
520 Associados, cuja reunião ocorrerá no dia 25 de outubro. Relembrou que a Congregação teve uma  
521 postura contrária à alteração da carreira pelo menos no setor expressivo da FFLCH. Em aparte, a  
522 Senhora Presidente disse ter participado do processo e ter anunciado na reunião passada o tema da  
523 questão da carreira, inclusive sobre a indicação do Professor Doutor Manoel Fernandes de Souza  
524 Neto para participar enquanto representante dos Professores Doutores. Informou, na ocasião, à  
525 Congregação que a Faculdade já tinha uma posição, que fora manifestada junto ao Conselho  
526 Universitário solicitando prorrogação. Disse terem ocorrido várias reuniões extraordinárias sobre  
527 esse tema. Participou da Comissão responsável pela formulação dos critérios. Portanto, já se trata  
528 de matéria vencida, não há como rediscutir a validade da progressão horizontal, aprovada pelo

## FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

529 Conselho Universitário. O problema atual é enfrentar a discussão dos critérios. A comissão já  
530 havia tomada uma posição, contrária à proposta de que a avaliação fosse feita pelos próprios  
531 docentes. Posto em votação, a maioria determinou que a avaliação fosse feita na Comissão de  
532 Atividades Acadêmicas (CAA). Isso já está posto. Atualmente as três universidades públicas,  
533 Unesp, UniCamp e Usp, têm proposta para progressão horizontal, não havendo, portanto, mais  
534 validade o argumento de que a isonomia entre as três instituições estava sendo desrespeitada. As  
535 três universidades públicas, Unesp, UniCamp e USP, aprovaram a progressão horizontal. A  
536 discussão atual se refere aos critérios. A Senhora Presidente defende que os mesmos critérios e  
537 procedimentos devem ser mantidos, além da atribuição de avaliá-los. Para tanto, as propostas das  
538 demais universidades, Unesp e Unicamp, devem ser acompanhadas, para compor um quadro mais  
539 amplo de propostas, sem abrir mão da avaliação posta em prática pelos próprios docentes. A  
540 Senhora Presidente lembra que se reportou a esta congregação no mês passado que defenderá a  
541 avaliação proposta por esta unidade, que foi o que a congregação deliberou com presença de  
542 representantes que atuam também na ADUSP. Em aparte, o Professor Doutor Manoel Fernandes  
543 de Souza Neto disse que, na condição de representante dos Professores Doutores, convocou  
544 algumas reuniões, inclusive duas já aconteceram, uma na Faculdade de Educação (FE) e outra na  
545 Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) para discutir com os Doutores qual a posição  
546 que deverá ser defendida para ser levada pelo representante na reunião da data de hoje às 17h30. E  
547 para tanto deverá se ausentar da reunião da Congregação para participar de uma nova rodada de  
548 discussões, que está disponível para aqueles que estão na lista do fórum da FFLCH. Foi enviado  
549 convite para todos via e-mail, explicitando o processo como um todo. Uma das primeiras questões  
550 discutida nessas reuniões, na FE e na EACH, foi quanto à participação da comissão, tendo clareza  
551 que a comissão vai discutir apenas os critérios relacionados à ascensão da progressão horizontal,  
552 no caso dos Professores Doutores e Professores Associados. O Professor Doutor Manoel  
553 Fernandes de Souza Neto afirma que a decisão se deu sob consulta àqueles que participaram das  
554 reuniões. Talvez a posição tomada nesse âmbito não seja a mesma da Congregação da Faculdade.  
555 O Professor Doutor Manoel Fernandes de Souza Neto reafirma o desejo de que num determinado  
556 momento seja possível reverter o processo. Em aparte, a Professora Doutora Esmeralda Vailati  
557 Negrão questionou se o processo não se dava no âmbito da Congregação e através de uma banca  
558 de pares. A Senhora Presidente esclarece que a posição é pela banca pública e não por pareceristas.  
559 A proposta da Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA) que predomina no Conselho  
560 Universitário é de que as avaliações sejam feitas pela Comissão Acadêmica de Avaliação. Uma  
561 vez aprovada a carreira, a Congregação da Faculdade manifestou-se pela avaliação por bancas.

## A T A S

562 Com a palavra, o Professor Doutor Sérgio França Adorno Abreu propõe que se busque uma  
563 terceira via para enviar para a Comissão, caso o assunto volte em pauta e a tendência seja de  
564 manter a posição de encaminhar ao CAA, para redimir as perdas decorrentes do processo. Uma  
565 proposta intermediária seria compor propostas na Congregação que serão revisadas no CAA,  
566 semelhante ao que acontece na CAPES: os comitês não têm a decisão, mas tem a proposta. As  
567 propostas argumentadas saem dos comitês de área, depois o Conselho Técnico - Científico de  
568 Educação Superior (CTC) aprova ou não. Então caberia aos membros da Congregação oferecer os  
569 processos mais consistentes possíveis imaginados para que na instância superior seja referendado.  
570 Em aparte, o Professor Doutor Marcello Modesto dos Santos pede dois esclarecimentos a respeito  
571 da questão da carreira que deixava vários tópicos em aberto, sendo os critérios um deles, além do  
572 tempo de espera. Ou se há algum tempo que o docente teria que ter entre um concurso e outro? Se  
573 há a possibilidade de passar de um lugar para outro vertical? Há uma série de coisas não sabidas  
574 nesse processo. Com a palavra, A Senhora Presidente esclarece que há a carreira para Professor  
575 Doutor 1 e 2, e Professor Livre-Docente 1, 2 e 3, e são dois níveis para Professores Doutores e três  
576 para Livre-Docentes. A Senhora Presidente reafirma seu compromisso em esclarecer  
577 objetivamente e levar a posição da Congregação, na defesa dos interesses dos docentes da FFLCH.  
578 Lembra que essa questão já havia sido discutida há tempo e, como agora foi alertado, os docentes  
579 da Faculdade nada sabiam. Isso já havia sido discutido amplamente. A Senhora Presidente  
580 esclarece que a primeira vez que foi apresentada à questão, coincidiu com o 1º Conselho  
581 Universitário em que comparecera na qualidade de Diretora. Era uma discussão distante, sem  
582 envolvimento da Congregação. Somente na véspera da reunião, tomou conhecimento que a  
583 questão da carreira entraria na pauta, então juntamente com a Professora Doutora Maria Arminda  
584 do Nascimento Arruda, na época representante da Congregação junto ao C.O buscou informações  
585 junto a Secretaria Geral da Reitoria que enviou ao Professor Doutor João Grandino Rodas para  
586 uma visita de esclarecimentos na FFLCH. Segundo as explicações dele no Conselho  
587 Universitário, a proposta de carreira tinha como intuito recuperar os baixos provimentos dos  
588 professores, a falta de incentivos. A universidade estava perdendo talentos. Não há número de  
589 cargos que absorva todos os livre-docentes da Unidade. É aconselhável que a passagem de um  
590 nível ao outro seja de três anos, ainda que a passagem inicial seja de 5 anos. Após fazer o concurso  
591 de livre-docência 1, se o concurso para titular estiver aberto, não é preciso ser Livre-Docente 3  
592 para prestar o concurso. Isso vai depender do memorial do professor e de sua produção. O contra  
593 argumento se refere aos casos em que um concurso é aberto em um departamento para Professor  
594 Titular, onde há Professores Livre-Docentes dos três níveis e obviamente aquele de nível 3 se verá

## A T A S

595 privilegiado em relação ao Livre-Docente 1. Mas não há impedimento que o Professor Livre-  
596 Docente nível 1 preste concurso. Há muitos professores também que tem uma postura de trabalhar  
597 mais tempo nas suas pesquisas. Foi com esse espírito que Professor Doutor João Grandino Rodas  
598 apresentou a proposta, ainda na qualidade de membro do Conselho Universitário, e explicou que  
599 ela se volta aos professores que tem anos de trabalho e maior capacidade para terem um salário  
600 maior. Na verdade, foi esta a argumentação. Assim o sistema de carreira vertical não é  
601 interrompido. Caso o professor decida prestar a Livre-Docência para os níveis 1, 2 ou 3 e quando  
602 surgir um concurso, desejar prestar, isso lhe é facultado. Em aparte, o Professor Doutor Marcello  
603 Modesto dos Santos pede que se esclareça quanto ao pedido dos funcionários, na reunião da  
604 Congregação passada, quando foi decidido criar uma comissão para resolver quanto à questão da  
605 participação dos funcionários da biblioteca na Comissão para tratar de assuntos essenciais durante  
606 a greve. E agora, frente à resposta negativa dos funcionários, deveria haver uma discussão sobre o  
607 que será feito. Com a palavra, A Senhora Presidente lembra que nada impede que a comissão se  
608 reúna, justamente porque a idéia da comissão seria de formular propostas para negociação. Em  
609 nenhum momento, a Congregação colocou em questão o direito de greve. Nos documentos tem de  
610 constar o direito de greve, não será a Congregação que vai impedi-la. A Faculdade quer estar  
611 preparada para uma eventual greve no sentido de compor uma comissão que negocie com os  
612 funcionários, sem ferir o direito de greve. O documento encaminhado pelos funcionários da  
613 biblioteca não invalida essa comissão que ainda não se reuniu por estar aguardando a indicação  
614 dos dois funcionários da biblioteca. É de conhecimento que 38 funcionários assinaram contra a  
615 composição desta comissão, os demais podem ser convidados a participar. Aguarda-se também a  
616 indicação de nomes dos representantes discentes nos diversos departamentos, que serão  
617 convocados pela Direção para que designem dois estudantes (graduação e pós-graduação) para a  
618 referida Comissão. Por esses motivos, a composição está demorando, entretanto, a comissão  
619 resguarda seu sentido. Aparte, a Senhora Marlene Petros Angelides disse: “Para comissão foi  
620 sugerido a participação dos representantes de funcionários junto à Congregação. Eu informei que  
621 não participaria, a menos que os funcionários decidissem que eu participasse. Como a decisão dos  
622 funcionários foi a de não participarem, então como representante dos funcionários na  
623 Congregação, eu e o Senhor Antonio Carlos não faremos parte desta comissão”. A Senhora  
624 Presidente determina que busquem os funcionários que não assinaram o documento, com exceção  
625 da diretora da biblioteca, para que participem desta comissão, além dos alunos para devida  
626 representação. Em aparte, o Professor Doutor Manoel Fernandes de Souza Neto lembra que, com  
627 relação à questão da carreira, a reunião do Conselho Universitário que aprovou a resolução do

## FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

628 processo de ascensão horizontal, foi bastante tumultuada, em que a aprovação foi feita pelo  
629 mínimo de votos exigidos efetivamente exigidos, o equivalente a 2/3 daquele Conselho. Havia o  
630 caso de um professor que era representante na época dos Professores Assistentes, que já havia  
631 passado à condição de Professor Doutor e assim participado de reuniões anteriores, portanto, sem  
632 fazer jus à representação. Isso foi questionado judicialmente. Outra coisa que causou certo espanto  
633 a muitos foi o modo como a votação foi feita, pois no Conselho Universitário, a votação é feita  
634 com cédulas com cores diferenciadas quando é votação secreta. A votação em questão foi feita  
635 com cédulas de papel sulfite, cortada ao meio, segundo relatam muitos. Na ocasião quem  
636 participou foi o Professor Doutor Pablo Ortellado, quem antecedeu o Professor Doutor Manoel  
637 Fernandes de Souza Neto na condição de representante dos Doutores. E ali foi feito o voto em  
638 folha de papel sulfite. Inclusive, uma das questões levantada na gestão da Professora Suely Villela  
639 foi que a votação também deveria de ser invalidada por esse fato. O que, aliás, foi questionado por  
640 um grupo muito expressivo formado por professores desta Faculdade, que fizeram um abaixo-  
641 assinado com mais de 600 assinaturas para discutir a validade da aprovação desses “steps” para as  
642 categorias de Professor Doutor e Professor Associado com um argumento que foi considerado  
643 muito importante: se houvesse, por acaso, melhoria salarial dos professores, não seria necessário a  
644 criação de “steps” para dar um pouco mais aos professores, criando uma situação de  
645 competitividade e produtivismo entre os colegas docentes. Se a discussão é sobre carreira, deveria  
646 vir com outra perspectiva de análise, mesmo que se refira também a salários. O Professor Doutor  
647 Manoel Fernandes de Souza Neto ressalta que sua posição quanto a rediscutir a questão da  
648 progressão horizontal está apoiada no que foi deliberado pelo coletivo das reuniões, amplamente  
649 convocadas, também por e-mails, que aconteceram na Faculdade de Educação e na Escola de  
650 Artes, Ciências e Humanidades (EACH), não se tratando apenas de sua posição particular diante  
651 do problema. Lembra que a reunião que acontecerá na data de hoje (21/10/2010) no prédio dos  
652 cursos de História e Geografia será palco de mais uma discussão sobre o tema. Em aparte, a  
653 Senhora Presidente questiona se a Adusp já encaminhou resposta quanto à questão da carreira,  
654 com relação as ações judiciais que os docentes abriram contra a progressão horizontal?. O  
655 Professor Doutor Manoel Fernandes de Souza Neto esclarece que dez professores entraram com  
656 ação [de recurso], duas foram acolhidas, mas no julgamento final foram todas elas indeferidas.  
657 Mas nas discussões anteriores, surgiram três questões que foram consideradas centrais e possíveis:  
658 1) em se mantendo a posição atual, que a avaliação seja pública, e não por uma comissão central  
659 ou por avaliadores externos, que é a mesma posição da Congregação, 2) que a Comissão não deve  
660 definir uma posição sem antes consultar amplamente, ou seja, sem antes remetê-la para as

FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

661 Congregações discutirem, ao invés de haver uma decisão na data do dia 25/11/2010, porque a  
662 convocação para que a comissão se reúna diz que ela tem que dar uma resposta em até 45 dias.  
663 Entretanto, a comissão vai se reunir quase na mesma data do fim do prazo. Uma das propostas que  
664 saiu na reunião foi uma solicitação para que aquilo que for proposto para a comissão volte para  
665 uma ampla discussão da Universidade de São Paulo, em todas as congregações, em todas as  
666 faculdades. São esclarecimentos para dar ciência ao que está acontecendo em outra arena de  
667 discussão, que não tem relação direta com a Congregação, mas está relacionada aos Professores  
668 Doutores. Há a representação dos Professores Associados, porém não foi possível fazer de maneira  
669 conjunta. Com a palavra, a Senhora Presidente questiona se, caso a discussão sobre a validade da  
670 carreira não retroceda e se centre na questão dos critérios, dentro da comissão a proposta da  
671 Congregação pelo concurso público, como já vem sendo feito pela FFLCH, seja aprovada, não  
672 seria arriscado mandar para todas as unidades. Por que o que acontece nas outras unidades, há  
673 quem justamente queira barrar as ascensões. A Senhora Presidente pede para que o tema seja  
674 refletido um pouco mais, inclusive discutido com os colegas Professores Doutores. Com a palavra,  
675 o Professor Doutor Manoel Fernandes de Souza Neto reafirma sua posição particular de não  
676 aceitar a criação de “*steps*”, que é a posição que Professores Doutores têm trazido para a  
677 Congregação. Considera que o melhor é criar uma cultura de democratização do debate, mesmo  
678 correndo o risco de perder, do que arriscar que a decisão seja pela avaliação pública, pois se  
679 trataria de como se deve formular o processo para garantir o apoio dos outros a determinadas  
680 idéias e concepções. Com a palavra, o Professor Doutor Paulo Roberto Arruda de Menezes  
681 esclarece que quando a discussão da progressão começou, ela tinha uma dimensão política que  
682 desapareceu em nome da progressão financeira. A progressão dos Livre-Docentes não era só  
683 salarial, pois existia junto com essa progressão financeira, uma perspectiva de alteração de alguns  
684 itens do regimento que iria fazer com que os Professores Livre-Docentes 3 passassem a ter acesso  
685 a uma série de cargos, que hoje são exclusivos dos Professores Titulares. Se esta questão for  
686 esvaziada, vai parecer que a luta é somente salarial, principalmente que essa pressão vinha das  
687 Unidades, onde o número de Professores Titulares era relativamente pequeno e existia uma  
688 pressão muito grande dos Professores Livre-Docentes para ter acesso aos cargos administrativos e  
689 outros ligados a estrutura de poder da universidade. Em aparte, a Senhora Presidente lembra que  
690 isso já foi aprovado e já está no Estatuto da universidade, que Professor Doutor pode ser Chefe de  
691 Departamento, pelo menos na FFLCH, isto já está estabelecido. Antes, os Professores Titulares  
692 desistiam, mas agora com essa determinação não é mais necessária a desistência do Professor  
693 Titular. Mas em outras unidades não há um modo de Professores Doutores assumirem esses

## FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

694 cargos. Acho que o Professor Livre-Docente 3 tem direito a se candidatar a Direção da Faculdade.  
695 Foi retomado apenas o que o Reitor João Grandino Rodas disse no Conselho Universitário. Isso já  
696 esta aprovado no Estatuto da universidade. A Senhora Presidente abre a votação secreta. Com a  
697 palavra, a Professora Doutora Glória da Anunciação Alves aborda um problema que tem aparecido  
698 bastante e sido debatido em algumas instâncias e se refere ao Serviço de compras da FFLCH,  
699 quanto à dificuldade no gasto das verbas, quando a verba chega, não se consegue gastar. Diz que  
700 há o receio de justamente, por não se conseguir gastar, de perder literalmente. Comentou a ocasião  
701 em que pediu uma verba adicional para o projeto da Comissão Interunidades das Licenciaturas  
702 (CIL) e foi questionada por estar requerendo mais recursos, sem que tenha sido gasta toda a verba,  
703 mesmo sabendo que não seria o suficiente. Pede esclarecimentos quanto ao problema e como ele  
704 pode ser encaminhado porque, por exemplo, falando especificamente do programa do qual faz  
705 parte, há uma verba de 2006 que até hoje o pregão não aconteceu. Em aparte, a Senhora Presidente  
706 reconhece que a colocação é justa, adequada. Se há um pregão que não aconteceu desde 2006, há  
707 problemas recorrentes, possivelmente por falta de infra-estrutura do próprio Serviço de Compras.  
708 A Faculdade é imensa, entretanto há seis funcionários, e infelizmente a mais experiente foi  
709 aposentada. Desde que a Senhora Presidente assumiu, foram feitas reuniões, pois havia muitas  
710 queixas nesse sentido e foram feitos estudos. E a Direção, o Serviço de Compras, na figura de  
711 Assistente Técnico-Financeira da FFLCH, a Senhora Leonice Maria Silva de Farias, têm estado  
712 muito atentos a esses problemas, que tem sido feito o possível, acima das condições que eles têm  
713 de trabalho. Recentemente, foram feitas mudanças quanto às prioridades de compras na unidade,  
714 pois não se tem dado conta dos pedidos, além de outros problemas, como o pregão, que, enfrenta o  
715 problema dos não aparecimento dos fornecedores. Segundo a Senhora Presidente, a Senhora  
716 Leonice está disponível para dar maiores esclarecimentos. Inclusive, esta funcionária se dirigiu  
717 recentemente até a Escola Politécnica (EPUSP) para acompanhar o modelo utilizado por eles, por  
718 se tratar de uma unidade tão grande quanto a FFLCH. Lá, foram acompanhados os procedimentos  
719 que são os mesmos, posto que são obrigados a segui-los por questões legais. Eles têm 10  
720 funcionários da Faculdade, mais dois contratados pela Fundação, portanto são 12 funcionários,  
721 enquanto que há somente seis funcionários dedicados às compras na FFLCH, que provavelmente  
722 são maiores que as deles, ou seja, mesmo com a infra-estrutura que é o dobro da FFLCH e uma  
723 demanda menor, a Escola Politécnica (EPUSP) também têm dificuldades e não dão conta dos  
724 pedidos. A Senhora Presidente ressalta os esforços empreendidos pelas lideranças responsáveis  
725 pela parte de compras no sentido de melhorar a prestação do serviço. Nas reuniões conjuntas, que  
726 o Reitor João Grandino Rodas tem promovido, o que fica patente é que alguns problemas de infra-

## FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

727 estrutura, que se julgavam peculiares somente a FFLCH, ocorrem em grande parte das unidades,  
728 com exceção da Faculdade de Medicina ou da Faculdade de Economia, Administração e  
729 Contabilidade (FEA). Mesmo a Escola Politécnica (EPUSP) que possui uma fundação apresenta  
730 problemas, um dos grandes que eles têm é o setor de compras. Esse caso específico que foi  
731 relatado pela Professora Doutora Glória da Anunciação Alves será encaminhado à Senhora  
732 Leonice Maria Silva de Farias. Além desses entraves, há outras ocorrências. Uma questão que se  
733 coloca é como fazer chegar informações a todos, pois esse tipo de queixa é recorrente aqui na  
734 Congregação. A Senhora Presidente lembra, em forma de depoimento, que na primeira reunião  
735 que presidiu na condição de Diretora da FFLCH, conversou com Professora Doutora Vera Lúcia  
736 do Amaral Ferlini, a atual presidente da Comissão de Pós-Graduação, que na ocasião fez críticas  
737 duras, queixando-se da falta de competência do Serviço de Compras. E posteriormente em reunião  
738 do Conselho Técnico-Administrativo (CTA), a Professora Doutora Vera Lúcia do Amaral Ferlini,  
739 que atualmente trabalha nas instâncias da Reitoria e é a diretora do Engenho São Jorge dos  
740 Erasmos, disse pessoalmente que gostaria de parabenizar o serviço de compras, porque ela vinha  
741 tendo as piores experiências na Reitoria. Portanto, é um problema que a Universidade tem que  
742 enfrentar, pois a cada dia as compras se avolumam, mais professores fazem pedidos, os programas  
743 de pós-graduação recebendo dinheiro e eis o problema. Com a palavra, a Professora Doutora  
744 Glória da Anunciação Alves levanta outra questão referente às reformas necessárias no prédio dos  
745 cursos de História e Geografia, cujas instalações devem ser adequadas, de acordo com a legislação.  
746 Foram colocados nas rampas, além dos apoios laterais, apoios centrais. Há receios de que a rampa,  
747 por ser um lugar de concentração de pessoas, possa representar um risco de ferimento, em uma  
748 situação semelhante aos dias de manifestações em que os estudantes foram debelados com  
749 bombas. Ainda que as reformas sejam decorrentes de uma exigência imposta por lei, talvez tal  
750 determinação deva ser revista. Com a palavra, a Senhora Presidente lembra que todo o trabalho de  
751 acessibilidade tem sido feito com o maior cuidado e com assessoria da Coordenadoria do Espaço  
752 Físico da Universidade de São Paulo (Coesf). Ressalta que quanto à adequação das normas de  
753 acessibilidade, a FFLCH é a unidade mais adiantada nesse quesito, apesar do tamanho e dos  
754 problemas. A Senhora Presidente lembra que há duas semanas conversou com o COESF que  
755 convocou pequenos grupos de diretores, principalmente da área de Humanas, para os colocarem a  
756 par das exigências do Ministério Público, que vem cobrando um dossiê de cada unidade quanto ao  
757 tema da acessibilidade. Há trabalhos previstos até o final de 2011, quando as adequações já  
758 estariam postas em prática e cessariam as reformas e problemas de acessibilidade. Para a  
759 Universidade não ser autuada, o Professor Doutor Antonio Marcos de Aguirra Massola, atual

## A T A S

760 coordenador da (Coef), abriu conversações com o Ministério Público. Foi negociado que tudo  
761 esteja adiantado até o final do mês de julho de 2011, o que fará com que o serviço de compras da  
762 FFLCH se priorize a acessibilidade. Foi realizada uma reunião com a Senhora Leonice Maria Silva  
763 de Farias e a Senhora Renata Guarrera Del Corço, assistente administrativa da FFLCH, para  
764 explicar a situação de urgência, posto que essas compras têm de ser feitas e as reformas de  
765 adequação devem estar prontas até julho de 2011. A partir de julho, cada diretor vai ser  
766 responsável e vai ter que responder ao Ministério Público. O que pode ser feito é a divulgação de  
767 matérias alertando pessoas quanto aos riscos de aglomerações nas rampas. Aliás, há outros tantos  
768 temas que devem ser discutidos seriamente. Outra questão são as festas e a responsabilidade dos  
769 alunos. A Senhora Presidente aproveita a oportunidade para ressaltar que a Direção não está  
770 proibindo festa nenhuma. Entretanto, antes havia encaminhamento de pedidos de autorização por  
771 parte dos Centros Acadêmicos, que assumiam a responsabilidade. E isso não vem ocorrendo mais.  
772 Foi exigido pela Direção esse encaminhamento por parte dos Centros Acadêmicos, pois toda e  
773 qualquer festa, seja de grande ou pequeno porte, a responsabilidade recairá sobre os Centros  
774 Acadêmicos. Houve, na data de hoje (21/10/2010) pela manhã, uma reunião do Conselho do  
775 Campus, que pretende regulamentar o direito de festa e reconhecê-lo, sem proibir bebida, com a  
776 representação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e dos estudantes. Nessa comissão,  
777 discutiu-se amplamente que a responsabilidade do que ocorrer em uma festa ou qualquer  
778 aglomeração recairá sobre os organizadores. Portanto, a assinatura do documento de  
779 responsabilidade dos organizadores é uma exigência. Porque a responsabilidade termina por  
780 incidir na Direção da Faculdade. Em situações-limite, como o falecimento de alguém em  
781 decorrência de overdose ou mesmo briga e morte, a responsabilidade incidirá em quem estiver na  
782 Direção. O mesmo acontece em casos de incêndio ou demais incidentes como o caso do o teto cair  
783 e ferir a cabeça das pessoas. A Senhora Presidente pretende realçar este ponto e reafirma que a  
784 responsabilidade é de alunos, funcionários e professores, tanto no que diz respeito ao patrimônio  
785 quanto à segurança física de quem quer que seja. A Senhora presidente passou à **ORDEM DO**  
786 **DIA: 1. QUESTÕES TÉCNICAS DE POLÍTICA ACADÊMICA: 1.1. PROPOSTA DE**  
787 **ALTERAÇÃO DA PORTARIA FFLCH nº 025/2001, REPUBLICADA EM 07/12/2001, QUE**  
788 **REGULAMENTA O USO DE MICROCOMPUTADORES OU QUALQUER OUTRO**  
789 **MEIO ELETRÔNICO EM PROVAS DE CONCURSO E PROCESSO SELETIVO NA**  
790 **FFLCH, ENCAMINHADA PELO GRUPO DE TRABALHO.** (Proc. 1995.1.1816.8.6). A  
791 Senhora Presidente passa a palavra ao Professor Doutor Marcos Fernando Lopes. Com a palavra,  
792 Professor Doutor Marcos Fernando Lopes lembra aos demais membros que fez parte do grupo de

## A T A S

793 trabalho que reformulou essa portaria sobre o uso de computadores em concursos. Este documento  
794 já passou pela última reunião da Congregação e que provavelmente já é do conhecimento de todos.  
795 Ele sofreu duas pequenas alterações: a primeira, no artigo 1, parágrafo 2º, quando diz respeito ao  
796 número de computadores que a Faculdade deve oferecer aos candidatos que prestam os concursos,  
797 cuja única diferença com relação à versão anterior é quanto ao número de computadores que deve  
798 ser igual ao número de candidatos que solicitarem fazer a prova pelo computador, e não ao número  
799 absoluto de candidatos, pois nem todos podem desejar fazer a prova no computador. E a segunda  
800 alteração, que seria mais importante, refere-se ao artigo 3, parágrafo 1º. Será suprimido o primeiro  
801 parágrafo: “Para evitar possíveis perdas de dados, caberá ao candidato salvar seu trabalho  
802 periodicamente durante a prova”, porque entra em contradição com o segundo artigo que diz que:  
803 “O candidato terá bloqueado qualquer fonte externa de dados”, quer dizer, que não esteja no disco  
804 rígido. Quanto à portaria anterior, a preocupação antes se referia à possibilidade de oferecer  
805 computadores a todos, e hoje, não há problemas em garantir computadores a todos os participantes  
806 de concurso, que queiram se utilizar de “laptops” para fazer as provas. Essa portaria era do ano de  
807 2001. Entretanto, hoje há várias formas de colas eletrônicas, como portar um celular com  
808 Bluetooth e assim copiar toda a prova. Em um concurso na UNESP em Araraquara, ocorreu esse  
809 tipo de problema. Outro problema se refere à porta USB, que facilita o uso de *pen drive* ou um  
810 modem 3G, e assim acessar a internet. Quanto ao *back-up* durante a prova, foi proposto que seja  
811 proibido durante a prova, por ser uma fonte potencial de problemas. Quando o próprio candidato  
812 faz o *back-up*, pode ocorrer um erro no procedimento, ou seja, o arquivo velho vir a ser gravado no  
813 lugar do novo. Nesses casos, os dados são irrecuperáveis e o candidato pode alegar que foi isso o  
814 que aconteceu ou mesmo usar o comando “salvar como” do editor de texto, usando a versão nova  
815 e esquecer a versão velha, que pode não ser atualizada e, portanto não servirá como *back-up*. Há a  
816 hipótese de o equipamento apresentar falhas no disco rígido, entretanto, a perda total dos dados é  
817 muito rara, sobretudo em “laptops”, então é possível recuperar os dados, pois o sistema de *back-up*  
818 automático acontece a cada minuto, o que favorece com a utilização de outro sistema operacional a  
819 recuperação dos dados. De todo modo, o setor de informática, que participou da confecção da  
820 portaria, se responsabilizou por verificar os equipamentos a serem utilizados nas provas,  
821 garantindo que eles estejam em condições de uso e está de prontidão para qualquer eventualidade,  
822 durante as provas. O ideal seria ter uma arquitetura de cliente-servidor na sala de aula e um  
823 sistema de *back-up* por replicação, semelhante ao que existe no sistema bancário, onde a operação  
824 é replicada em dois espelhos simultaneamente. Mas hoje ainda não há salas de porte suficiente  
825 para concursos grandes com 30 candidatos e, portanto, não há espaço adequado que permita essa

## FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

826 estrutura de cliente-servidor funcionando o tempo inteiro. Atualmente, há uma sala de porte  
827 pequeno nas dependências do prédio da Secretaria da Pós-Graduação da FFLCH, contando com 10  
828 computadores. No prédio do curso de Letras, há o Laboratório de Apoio à Pesquisa e ao Ensino de  
829 Letras (Lapel) com 30 computadores mas não tem a estrutura cliente-servidor, o que seria de  
830 difícil implantação. Foi preparado um documento, explicando essas razões, que será distribuído.  
831 Outro detalhe da portaria é a mudança para o programa BR Office que vem instalado nos  
832 computadores, por uma série de razões, sendo a primeira delas comercial, para que o candidato  
833 não seja obrigado a comprar, a usar ou conhecer o programa de edição de texto Word. Como as  
834 compras costumam a demorar na Faculdade, pelos procedimentos legais, é difícil se comprometer  
835 a ter disponível um programa comercial qualquer, enquanto que o programa BR Office é baixado  
836 facilmente. Além disso, uma instituição pública não deve privilegiar marcas. O Professor Doutor  
837 Marcos Fernando Lopes coloca-se à disposição para maiores esclarecimentos. A Senhora  
838 Presidente coloca em votação a portaria e por unanimidade ela foi APROVADA. Aparte, Senhora  
839 Presidente, antes de passar ao segundo item, retoma a questão do documento dos estudantes, em  
840 que pedem à Congregação que se reconsidere a portaria das matrículas. Sob tais circunstâncias, a  
841 Senhora Presidente sente-se na obrigação de colocar diante dos demais membros da Congregação  
842 a possibilidade de acatar ou não a discussão. A Senhora Presidente propõe, não a revisão da  
843 portaria FFLCH 017/2010, mas que se discuta a questão, para dar aos estudantes uma posição. A  
844 Senhora Presidente propõe que a demanda dos estudantes seja discutida na próxima reunião da  
845 Congregação. Como se faz necessária a discussão sobre a carreira por considerá-la importante para  
846 a reunião do dia 09 e que se alongue a reunião até mais tarde, se necessário, com exceção daqueles  
847 colegas docentes que devem dar aula. Em aparte, a Professora Doutora Esmeralda Vailati Negrão  
848 propõe que se discuta o problema, mas não em uma reunião da Congregação sem  
849 representatividade estudantil, e critica o fato de duas questões diferentes terem sido incorporadas  
850 em uma só portaria. Uma portaria deveria referendar a questão da frequência. Para que os  
851 estudantes compreendam que a proposta era a instalação de catracas. A Faculdade apenas  
852 respondeu a uma determinação mantendo a posição que sempre adotou, ou seja, sem instituir  
853 obrigatoriamente a chamada. Essa questão já foi discutida em reunião da Congregação. Desde a  
854 gestão passada, a Reitoria vem fazendo cobranças nesse sentido. Por outro lado, quanto à  
855 organização em turmas, o que já havia sido também discutido, o grande argumento contrário se  
856 refere ao momento de fazer a avaliação em turmas com poucos professores, quando os números  
857 ficam deturpados. Diante da reivindicação de aumento do número de professores, há turma que  
858 não obtêm o número suficiente de alunos. Porque certas atitudes foram tomadas, para que

## FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

859 houvesse um número homogêneo dentro das salas, e isto foi uma reivindicação dos próprios  
860 alunos daquela greve de 2002 para que se evitasse a super lotação. Essas demandas atuais remetem  
861 a reivindicações passadas, sugerindo que há alguma coisa emperrada. Fazer essa discussão em  
862 reunião da Congregação representará um novo acirramento. Em aparte, a Senhora Presidente  
863 lembra que o pedido dos estudantes se refere a pôr a discussão em plenária. É necessário para tanto  
864 que haja o consentimento da Congregação, posto que isso já foi exaustivamente discutido. Nada  
865 impede que a Congregação abra essa questão em plenárias. Aliás, têm sido abertas plenárias,  
866 entretanto, poucas pessoas comparecem. Com a palavra, o Professor Doutor Roberto Bolzani Filho  
867 aborda um ponto da discussão, já que não se trata de fazê-la na presente reunião. Pelo documento  
868 entregue pelos estudantes, nota-se que os estudantes consideram como um problema a proibição de  
869 um aluno que está em uma turma cursar a disciplina em outra turma. A questão da frequência não  
870 é abordada no documento, mas sim a possibilidade de fazer uma determinada disciplina com o  
871 professor de sua escolha. E a portaria em questão proíbe isso. Os estudantes estão apontando  
872 deficiências acadêmicas de docentes, ou seja, acabaram por apontar algo extremamente relevante  
873 para a Faculdade. Eles têm queixas contra certos professores como docentes. Esta é uma discussão  
874 que torna a convocação de uma plenária absolutamente pertinente para todos os cinco cursos que  
875 compõem a Faculdade, que se relaciona com os esforços para a convocação de uma plenária para  
876 discutir certos tópicos acadêmicos específicos. O Professor Doutor Roberto Bolzani Filho sugere  
877 que o conteúdo do documento dos estudantes seja encaminhado no sentido da questão acadêmica e  
878 não relacionada à portaria. Os docentes não devem se posicionar contrários à possibilidade dos  
879 estudantes de escolher seus professores, na medida em que é notório que há professores de  
880 diferentes qualidades acadêmicas e que é um direito dos estudantes terem aulas com os melhores  
881 professores. Portanto, a questão de fundo é a atuação docente e a discussão deve ser encaminhada  
882 rumo a esse ponto. Na próxima reunião da Congregação, deve-se encaminhar a discussão para este  
883 lado e focar na questão da qualidade acadêmica dos docentes. E informar aos estudantes que a  
884 Congregação tem uma comissão responsável pela elaboração de um diagnóstico a partir do  
885 relatório da Comissão de Avaliação Externa. E que há a previsão de convocação de plenárias,  
886 fórum adequado para este tipo de discussão, contando com a participação de docentes, discentes e  
887 funcionários. Em aparte, a Senhora Marlene Petros Angelides defende que a plenária seja feita o  
888 mais rápido possível. Em aparte, o Professor Doutor João Roberto Gomes de Faria considera a  
889 questão muito complicada por se referir ao mérito ou capacidade dos colegas docentes. Na área de  
890 Literatura Brasileira, por exemplo, há dois excelentes professores que ministram disciplinas há  
891 mais de 25 anos. Quando esses docentes mais antigos vão dividir as turmas com outros docentes

## A T A S

892 que começaram há 3 ou 4 anos, os alunos acorrem para as turmas dos docentes mais experientes,  
893 seguindo a recomendação de outros alunos. Há situações de um colega com 110 alunos na turma e  
894 outro com 20 alunos. É constrangedor para o jovem professor que está começando agora dividir  
895 com quem os alunos gostam ou todos conhecem. Não é possível garantir que todos os alunos  
896 curse com um determinado professor, posto que ficará sobrecarregado no momento de corrigir  
897 trabalhos. Em aparte, o Professor Doutor Roberto Bolzani Filho acredita que o problema não é  
898 incomum, pois se apresenta nas disciplinas que compõem várias turmas, impossibilitando que se  
899 ignore o problema. Corre-se o risco de cair em outro problema falso como a que conduz a portaria,  
900 posto que tudo o que ela propõe é que se siga o regulamento, não cria nada do que já não existia  
901 antes. Apenas está pedindo que aquilo que está previsto o regulamento seja adotado. Para evitar o  
902 caos de processos de alunos que cursam um semestre informalmente, e consideram que assim  
903 gerou-se um direito. Para evitar isso é que foi feita a Portaria FFLCH nº 017, portanto ela não  
904 propõe nada novo. Em aparte, o Professor Doutor João Roberto Gomes de Faria se coloca a favor  
905 da portaria, porque muitas vezes há um pré-julgamento por parte dos estudantes, que nunca foram  
906 alunos do professor que oferecerá a disciplina, mas seguem a recomendação dos colegas. Esse pré-  
907 julgamento é ruim pois não dá chance ao professor mostrar que é tão competente quanto o outro.  
908 Afinal, todos são doutores, fizeram concurso e passaram por provas, logo todos estão capacitados a  
909 dar aula. Na área de Literatura Brasileira, os alunos podem fazer seis semestres, portanto podem  
910 fazer as disciplinas com seis professores diferentes. Em aparte, o Professor Doutor Roberto  
911 Bolzani Filho acredita que o tema deva ser discutido em plenária, inicialmente uma específica para  
912 o curso de Letras, na qual os professores mais procurados devem se reportar aos alunos e  
913 esclarecer que não devem fazer disciplinas apenas com eles. Trata-se de uma conversa acadêmica,  
914 pedagógica, que cabe aos professores e não aos chefes de departamento, ou seja, uma conversa  
915 entre professor e aluno. Em aparte, o Professor Doutor João Roberto Gomes de Faria alerta quanto  
916 ao problema. Se há 200 alunos para fazer uma disciplina com três professores, o que os alunos  
917 estão pedindo é o direito de escolher o professor, mas se todos os 200 escolherem somente um dos  
918 três, haverá um desequilíbrio. Em aparte, o Professor Doutor Roberto Bolzani Filho lembra que o  
919 curso não pode estar centrado no professor, mas na leitura e pesquisa do aluno. Em aparte, a  
920 Professora Doutora Glória da Anunciação Alves concorda com a posição do Professor Doutor  
921 Roberto Bolzani Filho quando diz que isso acontece em todos os cursos. Há alguns anos atrás, na  
922 Geografia, começou-se a dividir as turmas para atender às exigências dos alunos decorrentes da  
923 greve estudantil que previa que o ideal seria constituir turmas com no máximo 50 vagas.  
924 Entretanto, alguns problemas são detectados pelos alunos como metodologia ou postura didática.

## A T A S

925 Lembra do caso em que todos os alunos se concentraram para uma só turma, em que todos se  
926 matricularam com um professor e nenhum com o outro. Com a palavra, Professor Doutor Marcos  
927 Fernando Lopes lembra que há professores contrários e a favor da portaria. Alguns professores  
928 foram contra a portaria, pois não controlam a frequência dos alunos. Esses professores não querem  
929 responder por isso. E há alunos que preferem professores que não controlam frequência. A mesma  
930 questão se refere às avaliações. Defende que cabe aos departamentos reforçar as determinações do  
931 regimento junto aos professores. Em aparte, o Professor Doutor Roberto Bolzani Filho lembra que  
932 o professor tem a prerrogativa de determinar se a presença é mais ou menos importante. Trata-se  
933 de outra coisa administrativa a se cobrar. Em aparte, o Professor Doutor Marcos Fernando Lopes  
934 lembra que isso vira um problema quando se junta à questão dos alunos que mudam de turma. Em  
935 aparte, a Professora Doutora Sylvia Maria Caiuby Novaes lembra que no departamento de  
936 antropologia, há algumas turmas que têm mais de um professor e os alunos se inscrevem na  
937 disciplina e depois a secretaria divide aquele número de alunos por ordem alfabética dos  
938 professores. Quem divide é a secretaria por ordem alfabética, mas há casos de migração de um ou  
939 2 alunos. Em aparte, a Professora Doutora Esmeralda Vailati Negrão apóia a proposta do Professor  
940 Doutor Roberto Bolzani Filho que se separem as questões da portaria e assumi-la como algo com o  
941 objetivo de apenas regularizar práticas que já existiam e para tanto se deve propor uma plenária e  
942 discutir coisas de conteúdo. Se a Congregação reafirmasse a portaria, estaria acirrando o conflito.  
943 Em aparte, a Senhora Presidente esclarece que a Congregação está aberta à convocação da  
944 plenária. Como a discussão já se iniciou, pede uma resposta a este documento e considera que ela  
945 já está dada, ou seja, não haverá a revogação da portaria e sim uma plenária para discutir a  
946 questão. Dependendo dos resultados da plenária, como deve ser o encaminhamento democrático,  
947 pode-se repensar a portaria. Entretanto, a Congregação não tem o compromisso de revogar a  
948 portaria. Talvez, em plenária, as coisas se esclareçam. Não é possível responder de imediato se a  
949 portaria será mantida. Como muito bem lembrou o Professor Doutor Roberto Bolzani Filho, há  
950 uma questão de fundo que se coloca para a Congregação, ou seja, o desafio de se auto-conhecer a  
951 Faculdade. A plenária está proposta desde sempre, desde que compareçam os alunos em grande  
952 escala para discutir essas questões de fundo da Faculdade. Que seja feita uma plenária de toda a  
953 Faculdade, a não ser que se opte por convocar várias plenárias em cada departamento. Em aparte,  
954 o Professor Doutor Roberto Bolzani Filho considera que o tema deva ser tratado como assunto  
955 pedagógico, portanto, caberia a cada curso convocar sua própria plenária e assim, a Faculdade  
956 preparar-se para uma plenária geral. Com a palavra, o Professor Doutor Sérgio França Adorno de  
957 Abreu acredita que a princípio deve-se pensar nas singularidades de cada área e cada

## A T A S

958 departamento, porque, por exemplo, algumas questões que estão sendo colocadas aqui. No  
959 departamento de sociologia, elas não se apresentam desse modo. Há tempos atrás, era comum  
960 assinar em uma turma e cursar a disciplina em outra com outro professor. Mas naquela época a  
961 administração desse processo era outro e o número de alunos era menor. É preciso reconhecer que  
962 se um professor oferecer disciplinas costumeiramente oferecidas por professores muito  
963 identificados com certas problemáticas, por mais que ele seja um excelente professor, não será  
964 possível competir. A grande questão é o problema da qualidade e não se um professor é mais  
965 consistente do que outro, mas se uns têm mais qualidade que outros. E isso é um problema porque  
966 a princípio todos passaram por banca competente nomeada pelo Colegiado. Se admite que há  
967 diferentes qualidades, admitir-se-á que a Congregação errou e também as Comissões que julgaram  
968 o mérito do professor. O foco das preocupações deveria ser a questão da qualidade. Pode ser um  
969 problema de gestão ou no modo como distribuir os professores, que permita equilibrar essas  
970 preferências que são legítimas. E podem de fato haver problemas de ordem pedagógica que  
971 precisam ser identificados para estabelecer estratégias de ação. Mas é necessário preservar o corpo  
972 docente. A reivindicação dos alunos deve ser considerada por ser legítima assim como os colegas  
973 docentes devem ser respeitados. O que de fato está acontecendo não está claro. A grande meta da  
974 universidade é ela comportar a pluralidade. Têm professores que são excelentes pesquisadores e  
975 não são bons professores e têm professores são excelentes professores e não gostam de pesquisar,  
976 gostam de ler. Isso é legítimo porque faz parte da formação. Nunca teremos um colégio porque  
977 somos uma universidade. Será um ganho maior para a Faculdade se for possível discutir melhor  
978 essa questão da qualidade para ponderar os pontos de vista. Tentar perceber se algumas questões  
979 não são problemas de refinamento de gestão interna ou como os departamentos podem de alguma  
980 maneira melhorar. Para evitar alguma maneira colocar alunos ou professores sob ataque. É preciso  
981 pensar um pouco melhor nessa questão. Deve-se convocar uma plenária, mas é preciso trabalhar  
982 melhor qual é a questão que o documento dos alunos coloca, pois parece que mistura problemas  
983 como controle da frequência e qualidade da aula. Defende o controle de frequência e a cobrança da  
984 presença já no primeiro dia de aula, ou seja, o esclarecimento aos alunos que isso faz parte da  
985 avaliação. Mesmo tendo ótimo desempenho nas leituras que faz sozinho, é de suma importância a  
986 socialização em sala de aula, entre o que ouve e o que se pode falar são fundamental no processo  
987 do pensar. Afinal, se o professor não cobrar do aluno a frequência, pode se sentir liberado para não  
988 dar aula, sob qualquer argumento. Se o professor não cobra frequência, os alunos não poderão  
989 cobrar do docente, portanto, não há reciprocidade. Basta o professor se manter acessível a  
990 conversas sobre problemas de frequência e estratégias para cobrir as ausências, pelo fichamento de

## A T A S

991 texto, por exemplo. A convivência entre aluno e professor tem de ser qualificada, senão os  
992 docentes podem sentir que não têm obrigações. Os professores devem sentir-se cobrados, mas  
993 também os alunos. Dentro de uma universidade pública, há a responsabilidade de uma formação  
994 pública. Devem-se respeitar aqueles professores que pensam que a frequência é irrelevante, mas  
995 ainda assim as coisas devem estar muito claras. Com a palavra, o Professor Doutor Paulo Roberto  
996 Arruda de Menezes lembra que no departamento de Sociologia, quando ainda era o departamento  
997 de Ciências Sociais, havia uma tradição que a forma como o Sistema Júpiter funciona hoje em dia  
998 impede e cria um problema diferente do que está sendo colocado em discussão. Antes, os alunos  
999 podiam assistir à apresentação dos cursos e aí poderiam fazer a retificação e buscar os cursos que  
1000 julgassem mais adequados para sua formação. Isso era possível, até quando a retificação passou a  
1001 ser feita antes do início das aulas. Isso já foi discutido na última reunião do Conselho do  
1002 departamento da sociologia, na semana passada. Tem-se um grande número de alunos que pedem  
1003 inserção da nota e mudança de curso. São pessoas que assistiram à primeira semana de aula e  
1004 decidiram trocar de disciplina, o que não é mais possível e termina por criar o mesmo problema  
1005 que se verifica no curso de Letras. São excelentes que escolhem as matérias de forma acadêmica,  
1006 querem estudar, escolhem um curso em relação ao outro e assistem o curso inteiro. Há o caso de  
1007 uma aluna que assistiu da primeira à última aula e fez o pedido já na primeira semana de aula. No  
1008 dia 10 de outubro do ano corrente, ela recebeu uma resposta da Comissão de que ela fez o pedido  
1009 de retificação fora do prazo. Ela continua assistindo aula, fez uma excelente prova, e  
1010 provavelmente fará um excelente trabalho, pois discute plenamente os textos durante o curso. Há  
1011 inúmeros casos semelhantes a esse, que são matéria de uma grande discussão no departamento de  
1012 sociologia, pois se trata de uma tradição do departamento deixar a cargo do aluno escolher as  
1013 disciplinas. Na pós-graduação em Sociologia, e feita uma apresentação das disciplinas antes do  
1014 semestre começar, mas não na graduação, onde a apresentação dos cursos e a escolha dos alunos é  
1015 feita na primeira semana de aula. Com a retificação acabando antes do início do semestre cria esse  
1016 mesmo problema só com outro caráter. Resta ao professor pôr em prática artifícios para auxiliar os  
1017 alunos nesta situação, ou seja, quando o aluno não consegue resolver o problema, ele deve se  
1018 inscrever no semestre seguinte e cabe ao professor dar-lhe a nota. Evidentemente trata-se de um  
1019 procedimento errado. Mais interessante seria pensar em uma forma em que essas questões  
1020 acadêmicas deveriam ser levadas em conta e não apenas a data limite do Sistema Júpiter, sistema  
1021 de difícil compreensão. Por exemplo, as listas de presença hoje em dia exibem os alunos  
1022 matriculados e depois uma série de alunos pendentes, com uma série de códigos, difíceis de  
1023 compreender o significado. Às vezes, algumas pessoas fazem o pedido que chegará ao professor

## A T A S

1024 que autoriza e aí elas serão reinseridas. Outras vezes, o pedido de algumas pessoas que constavam  
1025 na primeira lista não chega ao professor para autorizar, pois o nome delas desapareceu da lista.  
1026 Depois de assistir dois meses do curso, o nome do aluno desaparece da lista e ninguém sabe ao  
1027 certo o que aconteceu, nem na secretaria. É descobrir o que de fato aconteceu não é atribuição do  
1028 professor, pois não é sua tarefa. Alguns professores orientam seus alunos a terminarem o curso e  
1029 depois tratem de resolver a questão. Há problemas burocráticos que estão impedindo questões  
1030 acadêmicas e esse ponto não pode ser esquecido nesta discussão. A prática da retificação após a  
1031 primeira semana de aula era uma prática academicamente saudável que talvez esteja se perdendo  
1032 por esse tipo novo de formulação. Em aparte, a Professora Doutora Marli Quadros Leite lembra  
1033 que há um primeiro atendimento aos alunos que tem condições de escolher. Aqueles que estão no  
1034 semestre ideal são atendidos. Há muitos pedidos pra mudar de disciplina. Os alunos fazem reserva  
1035 de vaga ou se incorporam à turma como aluno pendente, mas eles desaparecem. Eles precisam  
1036 acompanhar a matrícula. De repente, ele pode ser incorporado àquela lista. Ele vai sendo  
1037 notificado qual a posição em que se encontra, até que seja atendido ou não. Se ele não for  
1038 atendido, ele tem de fazer novo pedido. Até agora eram três e agora são quatro integrações. Aquele  
1039 aluno que fez a matrícula e foi completamente atendido pode ficar tranquilo. Se não conseguiu e  
1040 está insatisfeito, tem pedidos por requerimento, as seções de alunos imprimem, leva para o  
1041 professor e leva pra ele assinar. O professor avalia, mas ele pode não aceitar. Em outras unidades,  
1042 isso não cabe aos docentes. A seção de alunos tem autonomia para preencher alunos. Eles serão  
1043 consultados. Há uma grande diversidade. A portaria surgiu por diversas razões. Tudo isso vem  
1044 sendo falado há muito tempo. As seções de alunos têm dificuldade em gerenciar isso e também os  
1045 professores. Isso poderia ser gerenciado de formas diferentes. Os nomes não são especificados nas  
1046 matrículas. Não há pessoal pra gerenciar isso. São cerca de onze mil alunos, quantitativo que  
1047 atrapalha. Por outro lado, cada aluno e professor têm uma vontade. Na interação, haverá  
1048 possibilidades diversas de matrícula que ele faz diretamente no Sistema Júpiter. Ele vai passando  
1049 pelas interações, da primeira até a quarta. O aluno vai à retificação, mas não é possível receber  
1050 pilhas de pedidos. Em aparte, o Professor Doutor Paulo Roberto Arruda de Menezes considera a  
1051 tradição acadêmica, em que os alunos podem assistir às aulas. Entretanto esse curso pode não ser o  
1052 mesmo na apresentação, portanto, a retificação tem de ser feita. Em aparte, a Professora Doutora  
1053 Marli Quadros Leite lembra que no calendário de 2011, quando houve longa retificação, houve  
1054 todo tipo de exemplo de pedido de retificação. Em aparte, o Professor Doutor Roberto Bolzani  
1055 Filho lembra que, anteriormente, a retificação acontecia nas duas primeiras semanas de aula. Uma  
1056 coisa a se pensar é o caso excepcional de aluno, mas instalou-se uma cultura em que a retificação

## FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

1057 se tornou matrícula. Na prática se transformou uma nova matrícula, através de pedidos de  
1058 trancamento retroativo de semestre. Em aparte, a Professora Doutora Marli Quadros Leite lembra  
1059 os casos em que o aluno faz uma disciplina com um professor, mas ficou inscrito na turma de  
1060 outro que, por sua vez, não toma a freqüência do aluno. Ele se saiu mal na disciplina na qual  
1061 estava inscrito, mas ele armou um esquema em que foi aprovado na disciplina B e reprovado na  
1062 disciplina A. Como gerenciar exemplos? É necessária a aplicação das regras maiores da  
1063 universidade. Os alunos afirmam terem cumprido todas as atividades com todos os professores. É  
1064 uma intelectualidade, não é uma infantilidade. Em aparte, a Senhora Marlene Petros Angelides  
1065 defende que a Congregação oriente os Departamentos a convocarem plenária com os alunos. Não é  
1066 só Letras. Em aparte, a Professora Doutora Marli Quadros Leite leu o documento encaminhado  
1067 pelos alunos em que os alunos pedem jeitinho. Em aparte, a Senhora Marlene Petros Angelides  
1068 recomenda que se leve em consideração o documento que saiu pela Associação Nacional dos  
1069 Estudantes (ANEL), que é uma organização nacional dos estudantes. Em aparte, a Professora  
1070 Doutora Marli Quadros Leite discorda por não se tratar de uma organização interna e recomenda  
1071 que se permaneça no debate acadêmico. Em aparte, o Professor Doutor Paulo Roberto Arruda de  
1072 Menezes acredita que se deveria pensar em um mecanismo excepcional e que não se adote  
1073 medidas inspiradas nos exemplos dos maus alunos, ou seja, que não se aplique a regra dos maus  
1074 alunos para penalizar os bons alunos, mas que se permita que um aluno na primeira semana de  
1075 aula possa mudar de turma e, portanto, não fazer uma generalização. Fala do caso da aluna que  
1076 mandou requerimento no dia 04 de agosto dois meses e meio depois recebeu comunicado que  
1077 estava fora de prazo. A aluna não entendeu porque a seção de Alunos aceitou o requerimento se  
1078 ela já estava fora de prazo. Aparte, o Professor Doutor Modesto Florenzano, disse discordar do  
1079 Professor Doutor Paulo Roberto Arruda de Menezes, pois considera o regimento é bastante liberal.  
1080 Lembra que foram relatadas diversas possibilidades para o aluno na sua formação acadêmica. O  
1081 que a FFLCH não se deu conta é que aconteceu uma ruptura. Havia uma tradição e quanto os  
1082 novos docentes chegavam, a tradição era acatada. Disse que a FFLCH cresceu muito com relação a  
1083 docentes e alunos e é muito difícil gerenciar isso. Foi possível administrar isso tudo, quando  
1084 éramos poucos de alguns anos pra cá impossível. Tendo em vista esse gigantismo, para que se faça  
1085 algo minimamente funcional e séria, tem se criado autonomias que nos não temos que eu não sei  
1086 se são possíveis. Com a palavra, a Senhora Presidente, reforça o pensamento do Professor  
1087 Modesto, relatando que se a natureza da própria faculdade que oferece muitos caminhos de  
1088 formação acadêmica, nesta parte de matrículas é impossível administrar. A faculdade está ficando  
1089 inadmissível. Reforçou que ou se estabelece protocolos de comportamento e respeita-se, ou será

## A T A S

1090 um caos. Na FFLCH existem colóquios, congressos, e o aluno pode ter uma formação acadêmica  
1091 excelente, dentro de parâmetros. Disse que é certo que os professores tem visão diferente de  
1092 freqüência, não se pode esquecer que isso é uma escola pública. Quantas pessoas gostariam de  
1093 estar nesta Universidade e não estão. Existem muitas faltas de professores sim, é desagradável,  
1094 mas verdadeiro. Lembra que a FFLCH tem que se posicionar com relação ao ensino a distância. E  
1095 qual é o argumento utilizado pela FFLCH? Que é necessária a presença em sala de aula. E como,  
1096 neste momento, se manifesta contra o ensino a distância, se como docentes não somos a favor da  
1097 freqüência? Disse não ver outra forma a não ser estabelecer protocolos de freqüência. Quando há  
1098 professores com 20 alunos em sala de aula, e outro com 100 alunos, isto pesa muito na hora da  
1099 Reitoria conceder claros a Faculdade. Será argumentado que não é necessário, já que a FFLCH  
1100 comporta aulas com 100 alunos em classe. Disse tratar-se de questões que devem ser consideradas.  
1101 Acredita que futuramente a Comissão de Diagnostico que está estudando as questões do  
1102 autoconhecimento já terá avançado nos seus estudos, para enriquecer a discussão. Sem mais nada a  
1103 tratar, a Senhora Presidente passou ao item **1.2. Discussão sobre os temas que serão objetos da**  
1104 **reunião do Conselho Universitário, em 09/11/2010, convocada especialmente para tratar dos**  
1105 **seguintes assuntos: “Estrutura do poder na USP/Eleições”, “Vestibular: Inclusão**  
1106 **Social/Cotas” e “Plano de Carreira dos funcionários técnico-administrativos”.** A Senhora  
1107 Presidente lembra que é necessário discutir a questão da estrutura de poder para que os  
1108 representantes da Congregação na reunião do Conselho Universitário sintam-se preparados para  
1109 debater, pois outros temas, como a questão da carreira dos funcionários lhes diz respeito  
1110 diretamente e, portanto, deve emanar dos funcionários. Outro tema que será discutido no Conselho  
1111 Universitário se refere às cotas para o vestibular. A Senhora Presidente questiona se será posto em  
1112 votação a reivindicação dos alunos de rediscutir a portaria 017.. A Senhora Presidente recorda,  
1113 entretanto, que é necessário pôr em discussão a estrutura de poder da USP e as eleições para Reitor  
1114 e a Congregação deverá se posicionar firmemente. Em aparte, a Senhora Marlene Petros  
1115 Angelides, quanto à discussão a ser realizada no Conselho Universitário, informa que os  
1116 funcionários possuem um projeto de carreira, que foi discutido ao longo de vários anos nos  
1117 Seminários de Carreira, que o SINTUSP organizou e promoveu. Então, a posição que a Senhora  
1118 Presidente da Congregação poderia manifestar é de que, na definição do que será a carreira, seja  
1119 considerada a proposta encaminhada pelos funcionários por meio do SINTUSP. Com a palavra, a  
1120 Senhora Presidente pede a representante dos servidores não-docentes, Senhora Marlene Petros  
1121 Angelides, que encaminhe uma cópia e assegura que levará a posição da representante dos  
1122 funcionários da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Com a palavra, o

## A T A S

1123 Professor Doutor Sérgio Adorno França de Abreu, considera interessante que o tema está colocado  
1124 “estrutura de poder/eleições”, os temas são correlatos, mas não considera que os temas tem de ser  
1125 discutido atrelado um ao outro nesse momento. Um dos temas é a estrutura em que existe uma  
1126 concentração de decisões em determinadas instâncias, determinados órgãos e com privilégios de  
1127 determinadas representações do corpo docente e que dão maior probabilidade de tomar decisões do  
1128 que outras instâncias, por exemplo, em alguns órgãos só professores titulares podem ser  
1129 presidentes ou coordenadores, outros nem tanto. Isto é um dado da questão. O que tem que ser  
1130 discutido, avaliar um pouco a experiência que a faculdade tem com a concentração aqui na  
1131 universidade. Há, por exemplo, que questões administrativas decididas em instâncias  
1132 descentralizadas. Outro: Qualificação dessas instâncias. 3º: Modelos de eleição. Eu acho que tem  
1133 três caminhos; tempo curto, mas ter uma visão comparativa que outras universidades têm. Por  
1134 exemplo, no que concerne às eleições, no exterior como funcionam as universidades, com modelos  
1135 de gestões que são os mais diferentes possíveis e tradições distintas. É preciso que se conheçam  
1136 outras gestões para se ter mais clareza das tradições dentro da Universidade. Se elas podem ou não  
1137 estar ultrapassadas requalificadas, reatualizadas, modernizadas. Disse pensar que a FFLCH deveria  
1138 ter mais elementos para uma discussão. Pensar o que acontece em outras universidades e tentar ver  
1139 como a Universidade está com relação às outras. Aparte o Professor Doutor Roberto Bolzani  
1140 Filho, concorda com o Professor Sérgio Adorno em se propor novas estruturas. Disse que não há  
1141 como reivindicar nesse procedimento de escolha atual do reitor, não no colégio eleitoral, se  
1142 mostrou extremamente complicado da última vez. Ressalta não ter filiação partidária nenhuma.  
1143 Pela primeira vez, incluindo reitores da época da ditadura, o Reitor escolhido pelo Governador não  
1144 o primeiro candidato da lista tríplice. A alegação que ele deu foi a seguinte: que conhecia o  
1145 currículo de um e do outro não. Considera uma declaração afrontosa, supostamente o critério  
1146 envolve avaliações do ponto de vista acadêmico. Talvez isso tenha levado a todos os governadores  
1147 anteriores a endossarem aquilo que foi objeto de avaliação do colégio. O fato é que a universidade  
1148 de São Paulo elegeu um determinado indivíduo que não foi endossado pelo governador. Ressalta  
1149 que há um problema interno muito grave, pois a capacidade de avaliar da USP não corresponde à  
1150 do governador. Considera que a escolha do Reitor foi política. Acredita que a USP deve acabar  
1151 com isso, pois uma universidade que tem autonomia financeira, na qual um gesto de um indivíduo  
1152 que não é da comunidade acadêmica, que pode não escolher o primeiro candidato. Não tem certo  
1153 se este é o espaço para se discutir isto, mas sente-se mal, por que de uma maneira ou de outra, bem  
1154 ou mal, o colégio eleitoral para reitor representa os docentes da universidade. Considera que a USP  
1155 tem que estudar possibilidades de cultura de poder. A Senhora Presidente dá início à discussão do

## A T A S

1156 primeiro tema a ser debatido, Estrutura de poder na USP/Eleições. O Professor Doutor Modesto  
1157 Florenzano propõe que o Professor Doutor Sérgio Adorno França de Abreu introduza a discussão.  
1158 O Professor Doutor Sérgio Adorno França de Abreu afirma que não tem nenhuma reflexão prévia,  
1159 mas que é interessante notar que o tema está colocado como “estrutura de poder “barra” eleições”,  
1160 diz que os temas são correlatos, mas não necessariamente devem ser discutidos como uma coisa  
1161 atrelada à outra nesse momento. Uma questão é uma estrutura onde se tem concentração de  
1162 decisões em determinadas instâncias, determinados órgãos e com privilégios de determinadas  
1163 representações do corpo docente, e que dê maior probabilidade de tomar decisões do que outras  
1164 instâncias, por exemplo, como em alguns órgãos nos quais só professores titulares podem ser  
1165 presidentes ou coordenadores, os outros não. Afirma que o problema tem que ser discutido e para  
1166 isso pode-se observar a experiência que a própria faculdade tem com a concentração aqui na  
1167 universidade. Um caminho seria pensar que questões administrativas devem ser decididas em  
1168 instâncias descentralizadas, outro seria a qualificação dessas instâncias, um terceiro seria os  
1169 modelos de eleição de Reitor. Propõe que se estabeleça uma visão comparativa em relação a outras  
1170 Universidades no que concerne às eleições e à gestão interna, diz que se deve observar como  
1171 funcionam as universidades no exterior, que possuem modelos e tradições distintas, pois as  
1172 diferenças não podem ser ultrapassadas se não forem requalificadas, reatualizadas e modernizadas.  
1173 Propõe que se acumulem mais elementos para iniciar a discussão. Com a palavra, o Professor  
1174 Doutor Roberto Bolzani Filho diz concordar com o Professor Doutor Sérgio Adorno França de  
1175 Abreu quando diz que se deve analisar outras estruturas antes de propor possibilidades de conceber  
1176 novas estruturas. Questiona se não haveria como reivindicar uma modificação no procedimento  
1177 atual com qual o governador, diante de uma lista tríplice, tem a possibilidade de escolher quem ele  
1178 quiser. Afirma não ter filiação partidária nenhuma, mas diz que pelo que se lembra é pela 1ª vez,  
1179 incluindo o período da ditadura militar, que o Governador do Estado não escolheu o primeiro  
1180 candidato da lista tríplice, alegando que conhecia o currículo de um dos candidatos, mas não  
1181 conhecia o do outro. Afirma ser uma declaração afrontosa para a Universidade, pois supostamente  
1182 o critério envolve avaliações do ponto de vista acadêmico e, portanto da biografia intelectual do  
1183 candidato, fato que talvez tenha levado todos os governadores anteriores, inclusive os da ditadura  
1184 militar, a endossarem aquilo que foi objeto de avaliação da comunidade acadêmica. Diz que não  
1185 pretende discutir se o colégio eleitoral é grande ou pequeno, mas o fato da Universidade de São  
1186 Paulo ter elegido um determinado indivíduo que não foi endossado pelo governador. Repete que  
1187 não tem filiação partidária, mas afirma que quando isso acontece tem-se um problema grave  
1188 interno, pois significa que a capacidade da comunidade universitária de avaliar o currículo

## FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

1189 acadêmico não corresponde à do governador. Propõe que se tente modificar este mecanismo, pois  
1190 uma universidade que tem autonomia financeira deve poder escolher o seu Reitor diretamente, sem  
1191 que haja necessidade de uma lista tríplice a partir da qual um indivíduo que não compõe a  
1192 comunidade acadêmica. Afirma se sentir desprestigiado academicamente, quando o colégio que o  
1193 representa faz uma escolha que não é referendada academicamente pelo Governador do Estado.  
1194 Supõe que a escolha do Governador tenha se dado por critérios políticos e não acadêmicos como  
1195 foi veiculado pela mídia. Com a palavra, o Professor Doutor Dário Horácio Gutierrez Gallardo diz  
1196 ter achado o tema “Estrutura de poder na Universidade” muito vago para conduzir uma discussão  
1197 deste caráter, e afirma que seria preciso, primeiro, identificar melhor o que será discutido no  
1198 Conselho Universitário. Questiona se é apenas uma discussão sobre o procedimento para a eleição  
1199 de Reitor, afirmando que se for sobre as estruturas de poder da universidade o que se está  
1200 propondo, na verdade, é uma reforma universitária. Afirma que para isso seria preciso propor para  
1201 o Conselho Universitário a criação de comissões que envolvessem todas as Faculdades, e também  
1202 definir o que seria essa estrutura de poder e o que dela seria objeto de mudança. Diz não saber se é  
1203 isso que está sendo pedido e que se for não se pode resolver nada na presente discussão. Pede  
1204 esclarecimentos sobre qual é a abrangência da discussão, se trata de uma reforma mais ampla ou se  
1205 trata apenas escolha de Reitor. A Senhora Presidente toma a palavra para esclarecer a questão  
1206 colocada pelo Professor Doutor Dário Horácio Gutierrez Gallardo. Afirma ter recebido a  
1207 convocação para a reunião do Conselho Universitário a se realizar no dia 09 (nove) de novembro  
1208 com os temas formulados exatamente da forma como entraram na pauta da presente reunião da  
1209 Congregação. Diz que o tema em questão deveria ter sido discutido na anterior reunião ordinária  
1210 da Congregação, e não foi porque o Professor Doutor Renato Janine Ribeiro, que ocupa no  
1211 Conselho Universitário uma cadeira como representante dos professores titulares, havia proposto,  
1212 na reunião anterior do Conselho Universitário, que se deveria discutir estrutura de poder e eleições  
1213 para Reitor, e que na reunião seguinte o assunto foi colocado em pauta. Porém, como ele não pôde  
1214 comparecer na reunião seguinte, o Reitor retirou o tema da pauta e depois enviou esta convocação  
1215 para a reunião do dia 09 (nove) de novembro. A Senhora Presidente afirma não saber se no  
1216 decorrer das discussões surgirão sugestões que serão acatadas no sentido de uma reformulação da  
1217 estrutura de poder na universidade como um todo. Relata que na gestão anterior foi feita uma  
1218 reformulação que inseriu no Estatuto da Universidade de São Paulo a possibilidade de Professores  
1219 Doutores poderem ser chefes de Departamento e de Professores Livre-Docentes se candidatarem  
1220 ao cargo de Diretor de Unidade. Relata que em todas as discussões sobre a eleição para Reitor  
1221 ocorridas no ano passado surgiram questionamentos em relação à votação e ao Colégio Eleitoral,

## FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

1222 que e todos os presentes concordaram que o processo deveria ser mais democrático, sendo, pelo  
1223 menos, ampliado o colégio eleitoral. Diz ter havido este compromisso por parte de todos durante  
1224 as discussões, e que agora o Reitor acatou a sugestão do Professor Doutor Renato Janine Ribeiro e  
1225 convocou uma reunião extraordinária acrescentando a questão das cotas e a questão das carreiras  
1226 de funcionários. Dando continuidade a Senhora Presidente supõe que a pauta não será esgotada na  
1227 citada reunião do Conselho Universitário, que será apenas o ponto de partida, e afirma que, quando  
1228 a presente reunião da Congregação foi convocada, tinha-se como objetivo levantar algumas  
1229 questões para serem levadas, como por exemplo, a indagação se é uma reforma ampla que envolve  
1230 todas as instâncias, se envolve a autonomia da universidade, se universidade vai eleger o seu  
1231 Reitor. Supõe que haverá muitas propostas, dentre elas a de eleições para Reitor amplas e diretas e  
1232 outras que prevejam uma pequena ampliação da participação no processo. Reforça que se trata do  
1233 início das discussões. Em aparte, o Professor Doutor Sérgio Adorno França de Abreu lembra a  
1234 todos que o tema da reforma do sistema eleitoral estava na pauta do Reitor quando ele ainda era  
1235 candidato ao cargo, e supõe que o mesmo esteja cumprindo a sua pauta de campanha, mas ressalta  
1236 que se desconhece o que de fato seja a sua proposta. Supõe que pelo fato de o Conselho  
1237 Universitário ser uma estrutura pesada, muitas propostas não serão aceitas e diz acreditar que as  
1238 discussões se orientarão no sentido de ampliar os colégios eleitorais. Afirma concordar que a  
1239 questão do processo de escolha do Reitor através de uma lista tríplice enviada ao Governador  
1240 colocada pelo Professor Doutor Roberto Bolzani Filho é extremamente importante, mas esclarece  
1241 que embora a justificativa que circulou na imprensa tenha sido a do conhecimento do currículo de  
1242 um dos candidatos e desconhecimento do outro, o grande argumento foi que a própria  
1243 Universidade de São Paulo não conseguiu eleger o Reitor no 1º escrutínio, apenas no 3º escrutínio,  
1244 e sendo assim, o representante do povo (Governador) tem o direito de escolher aquele que lhe  
1245 parecer melhor. Diz se tratar de uma legislação mais ampla, que rege também os processos das  
1246 Universidades Federais, embora nelas, há 8 anos venha prevalecendo o princípio de sempre  
1247 escolher o nome que a própria Universidade indica. Dando continuidade, o Professor Doutor  
1248 Sérgio Adorno França de Abreu concorda que este tema seja uma pauta, mas afirma ser uma pauta  
1249 mais ampla, que necessitaria da mobilização da classe política e propõe que se pense por etapas,  
1250 pensando primeiro internamente. Afirma que do seu ponto de vista, o que ressalta é que o modelo  
1251 atual de eleição para Reitor é insatisfatório pra todos, porque a escolha do Reitor se resolve em  
1252 gabinetes, pelo critério de quem tiver maior possibilidade de distribuir cargos, seguindo o pior  
1253 modelo da política brasileira, é o que tem maior possibilidade de arregimentar votos no Conselho  
1254 Universitário. Propõe que se deve pensar o que significa o cargo de Reitor, que papel ele

## FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

1255 desempenha do ponto de vista acadêmico, político, de representar a multiplicidade e a pluralidade  
1256 que é a Universidade e sugere que se tem que pensar em um modelo eleitoral que dê conta dessas  
1257 diferentes questões, como o reconhecimento acadêmico e a visibilidade pública. Afirma que o  
1258 Reitor é aquele que representa a Universidade externamente, e, se ela almeja que recuperar o seu  
1259 papel político na condução da política, das ciências e tecnologias, da educação, entre outros, é  
1260 preciso que se tenha um Reitor que represente essa grande circulação e diversidade de idéias que é  
1261 a Universidade de São Paulo. Por fim, acrescenta que uma questão não é separada da outra, e que  
1262 se houver uma reformulação das eleições haverá mudanças na estrutura. Com a palavra, a Senhora  
1263 Marlene Petros Angelides diz que, a princípio, se poderia colocar em discussão inclusive a  
1264 necessidade de se ter um Reitor e se a Universidade não poderia ser gerida de outro modo, mas  
1265 que, de qualquer forma a proposta dos funcionários em relação à estrutura de poder é que haja uma  
1266 ampliação não só nos colégios eleitorais, mas também um aumento significativo de  
1267 representatividade nas Comissões, Departamentos, CTAs, Congregações, entre outras instâncias de  
1268 discussão e deliberação. Propõe que para se evitar o risco de ter que se deliberar sobre temas que  
1269 não foram previamente discutidos a Congregação deveria estabelecer um cronograma de  
1270 discussões, através de uma Comissão ou da própria direção da Faculdade de Filosofia, Letras e  
1271 Ciências Humanas. A Senhora Presidente, com a palavra, propõe que se aguarde a reunião do  
1272 Conselho Universitário para observar seus desdobramentos e que em seguida a direção da  
1273 Faculdade estabeleça um cronograma de discussões. A Senhora Presidente aceita a sugestão da  
1274 Senhora Marlene Petros Angelides de levar a informação sobre a pretensão de marcar tais reuniões  
1275 ao Conselho Universitário. E afirma que a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
1276 deve dar o tom da discussão no Conselho Universitário. Em aparte, a Professora Doutora  
1277 Esmeralda Vailati Negrão sugere ainda que se convide a participar das discussões os professores  
1278 da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas que fizeram desses temas seus objetos de  
1279 pesquisa acadêmica. Após consulta ao plenário a Senhora Presidente encerra a pauta com a  
1280 indicação que apresentar na reunião do Conselho Universitário do dia 09 de novembro os  
1281 elementos que foram discutidos e elaborar o cronograma de discussões sobre Estrutura de poder e  
1282 eleições para Reitor na USP. **2. DOCUMENTO DISTRIBUÍDO A RELATOR: EXAME**  
1283 **FORMAL DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELO(S) CANDIDATO(S) NO ATO**  
1284 **DA INSCRIÇÃO PARA CONCURSO DOCENTE: Relatora: Professora Doutora **Giuliana****  
1285 **Ragusa de Faria (DLCV). 2.1.** Concurso público para provimento de um cargo de Professor  
1286 Doutor no Departamento de Letras Modernas, área de Língua e Literatura Alemã, disciplina de  
1287 Língua Alemã, conforme Edital FFLCH/FLM nº. 013/2010, publicado em 31/08/2010. Candidatos

## A T A S

1288 Inscritos: Professores Doutores Anna Maria Aguirre Castañeda (Proc.: 2010.1.3843.8.6), Érica  
1289 Gonçalves de Castro (Proc.: 2010.1.3924.8.6), Marilene Santana dos Santos Garcia (Proc.:  
1290 2010.3978.8.9) e Pedro Heliodoro de Moraes Branco Tavares (Proc.: 2010.1.3980.8.3).  
1291 **INSCRIÇÃO EM ORDEM. 2.2.** Concurso público de títulos e provas visando à obtenção do  
1292 título de Livre-Docente no Departamento de Filosofia, disciplina de Teoria do Conhecimento e  
1293 Filosofia da Ciência, conforme Edital FFLCH n°. 012/2010, publicado em 06/08/2010. Candidato  
1294 Inscrito: Professor Doutor Osvaldo Frota Pessoa Junior (Proc.: 2010.1.3429.8.5). **INSCRIÇÃO**  
1295 **EM ORDEM. 3. ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO E COMISSÃO**  
1296 **JULGADORA – votação secreta – 3.1. Os Professores Doutores Anna Maria Aguirre**  
1297 **Castañeda, Érica Gonçalves de Castro, Marilene Santana dos Santos Garcia e Pedro**  
1298 **Heliodoro de Moraes Branco Tavares apresentam requerimento de inscrição para o**  
1299 **concurso público para provimento de um cargo de Professor Doutor no Departamento de**  
1300 **Letras Modernas, área de Língua e Literatura Alemã, disciplina de Língua Alemã, conforme**  
1301 **Edital FFLCH/FLM n°. 013/2010, publicado em 31/08/2010 (Proc: 2009.1. 4692.8.0).** Em  
1302 votação secreta foram obtidos 26 (vinte e quatro) votos favoráveis, 01 (um) voto em branco e  
1303 nenhum voto nulo. Portanto, as inscrições dos docentes acima citados foram **ACEITAS. 3.2. O**  
1304 **Professor Doutor Osvaldo Frota Pessoa Junior apresenta requerimento de inscrição para o**  
1305 **concurso público de títulos e provas visando à obtenção do título de Livre-Docente no**  
1306 **Departamento de Filosofia, disciplina de Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência,**  
1307 **conforme Edital FFLCH n°. 012/2010, publicado em 06/08/2010.** Em votação secreta foram  
1308 obtidos por 26 (vinte e seis) votos favoráveis, 01 (um) voto em branco e nenhum voto nulo.  
1309 Portanto, a inscrição do docente acima citado foi **ACEITA. 3.1. Concurso público para**  
1310 **provimento de um cargo de Professor Doutor no Departamento de Letras Modernas, área de**  
1311 **Língua e Literatura Alemã, disciplina de Língua Alemã, conforme Edital FFLCH/FLM n°.**  
1312 **013/2010, publicado em 31/08/2010. Candidatos Inscritos: Professores Doutores Anna Maria**  
1313 **Aguirre Castañeda (Proc.: 2010.1.3843.8.6), Érica Gonçalves de Castro (Proc.:**  
1314 **2010.1.3924.8.6), Marilene Santana dos Santos Garcia (Proc.: 2010.3978.8.9) e Pedro**  
1315 **Heliodoro de Moraes Branco Tavares (Proc.: 2010.1.3980.8.3).** Em votação secreta, obteve-se o  
1316 seguinte resultado: **DE DENTRO:** Professores Doutores Maria Helena Voorsluys Battaglia  
1317 (DLM, Doutora) = 24 votos, Eva Maria Ferreira Glenk (DLM, Doutora) = 22 votos, Eliana  
1318 Gabriela Fischer (DLM-FFLCH, Doutora) = 01 voto, e Tinka Reichman (DLM-FFLCH, Doutora)  
1319 = 02 votos. **DE FORA:** Professores Doutores Maria Cristina Reckziegel Guedes Evangelista  
1320 (UNESP – Araraquara, Doutora) = 23 votos, José Luis Felix (UNESP – Assis, Doutor) = 24 votos,

FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

1321 Henrique Evaldo Janzen (UFPR, Doutor) = 20 votos, Ulrike Agathe Schröder (UFMG, Doutor) =  
1322 03 votos, e Karin Volobuef (UNESP – Araraquara, Doutora) = 03 votos. Foi eleita, portanto, a  
1323 seguinte Comissão Julgadora: **TITULARES**: Professores Doutores Maria Helena Voorsluys  
1324 Battaglia (DLM, Doutora), Eva Maria Ferreira Glenk (DLM, Doutora), José Luis Felix (UNESP –  
1325 Assis, Doutor), Maria Cristina Reckziegel Guedes Evangelista (UNESP – Araraquara, Doutora) e  
1326 Henrique Evaldo Janzen (UFPR, Doutor. **SUPLENTE**S: Professores Doutores Tinka Reichman  
1327 (DLM-FFLCH, Doutora), Eliana Gabriela Fischer (DLM-FFLCH, Doutora), Ulrike Agathe  
1328 Schröder (UFMG, Doutor) e Karin Volobuef (UNESP – Araraquara, Doutora). **3.2. Concurso**  
1329 **público de títulos e provas visando à obtenção do título de Livre-Docente no Departamento**  
1330 **de Filosofia, disciplina de Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência, conforme Edital**  
1331 **FFLCH nº. 012/2010, publicado em 06/08/2010. Candidato Inscrito: Professor Doutor**  
1332 **Oswaldo Frota Pessoa Junior (Proc.: 2010.1.3429.8.5).** Em votação secreta, obteve-se o seguinte  
1333 resultado: **DE DENTRO**: Profs. Drs.: Professores Doutores Pablo Rubén Mariconda (DF-FFLCH,  
1334 Titular) = 23 votos, Luiz Henrique Lopes dos Santos (DF-FFLCH, Livre-Docente) = 22 votos,  
1335 Marco Antonio de Ávila Zíngaro (DF-FFLCH, Titular) = 02 votos e Maria das Graças de Souza  
1336 (DF-FFLCH, Titular) = 03 votos. **DE FORA**: Alberto Cupani (UFSC, Titular) = 25 votos, Sílvio  
1337 Seno Chibeni (UNICAMP, Livre-Docente) = 24 votos, Maurício Pietrocola (FE-USP, Livre-  
1338 Docente) = 23 votos, Maria Eunice Quilici Gonzalez (UNESP – Marília, Livre-Docente) = 02  
1339 votos, Ítala Maria Loffredo D’Ottaviano (UNICAMP, Titular) = 01 voto e Roberto de Andrade  
1340 Martins (UNICAMP, Livre-Docente) = 01 votos. Foi eleita, portanto, a seguinte Comissão  
1341 Julgadora: **TITULARES**: Professores Doutores Pablo Rubén Mariconda (DF-FFLCH, Titular,  
1342 Presidente), Luiz Henrique Lopes dos Santos (DF-FFLCH, Livre-Docente), Alberto Cupani  
1343 (UFSC, Titular), Sílvio Seno Chibeni (UNICAMP, Livre-Docente) e Maurício Pietrocola (FE-  
1344 USP, Livre-Docente). **SUPLENTE**S: Professores Doutores Maria das Graças de Souza (DF-  
1345 FFLCH, Titular), Marco Antonio de Ávila Zíngaro (DF-FFLCH, Titular), Maria Eunice Quilici  
1346 Gonzalez (UNESP – Marília, Livre-Docente), Ítala Maria Loffredo D’Ottaviano (UNICAMP,  
1347 Titular) e Roberto de Andrade Martins (UNICAMP, Livre-Docente). **ADITAMENTO**:  
1348 **QUESTÕES TÉCNICAS DE POLÍTICA ACADÊMICA - 1.1 Criação do Laboratório de**  
1349 **Tradução de Textos e Imagens (LaTTIm), junto à área de Língua e Literatura Latina do**  
1350 **Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. (Proc.: 2010.1.4038.8.0).** A Senhora  
1351 Presidente considerou por bem retirar o presente ponto devido à ausência de representantes do  
1352 Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas para fornecer maiores esclarecimentos.  
1353 **PROGRAMA DE LIVRE-DOCÊNCIA PARA O 1º SEMESTRE DE 2011. (Proc.:**

## A T A S

1354 **07.1.3677.8.5) – 2.1 O Departamento de História** solicita a **inclusão** do programa da área de  
1355 História do Brasil Independente. A Senhora Presidente colocou em votação e ele foi  
1356 APROVADO. 3. **COMISSÃO DE GRADUAÇÃO – Recursos. – 3.1. O Senhor FLÁVIO**  
1357 **PENTEADO FRAGOSO**, ex-aluno do Curso de Filosofia, solicita em grau de recurso, o pedido  
1358 de reingresso ao curso (Proc.: 1996.1.1186.8.3). A Comissão de Graduação relatou parecer  
1359 desfavorável e o Professor Doutor Sergio Adorno de França Abreu, membro da Congregação deu  
1360 parecer acatando o parecer da Comissão de Graduação. A pedido da Senhora Presidente o  
1361 Professor Doutor Sergio Adorno de França Abreu esclarece que o caso já foi analisado  
1362 suficientemente e relata que inclusive existe uma certa falácia no argumento do aluno quando ele  
1363 afirma que a Comissão de Graduação teria aprovado o seu reingresso, fato que não procede.  
1364 Afirma que a Congregação decidiu que, face aos argumentos do aluno sobre seu problema de  
1365 saúde, ele fosse encaminhado ao hospital para conseguir um laudo indicativo do hospital, pois ele  
1366 apresentava o laudo do médico que estava conduzindo seu tratamento particular. Tendo isso em  
1367 vista, a Congregação decidiu que mediante a apresentação do laudo solicitado o aluno teria seu  
1368 pedido de reingresso aprovado automaticamente, ou seja, a aprovação estava condicionada pela  
1369 apresentação do laudo indicativo. Ato contínuo, o Professor Doutor Sergio Adorno de França  
1370 Abreu relata que o aluno comunicou que iria fazer o vestibular para o curso de Letras, foi  
1371 aprovado no vestibular, concluiu o curso de Letras e, em nome disso, o aluno acredita que sua  
1372 situação está resolvida. No entanto, ele não cumpriu a exigência feita pela Congregação. Conclui  
1373 então, que se o aluno já provou ser capaz de ingressar através do vestibular e não cumpriu as  
1374 exigências da Congregação não há motivo para aprovar o seu reingresso, até porque juridicamente,  
1375 a instância de decisão para este caso deveria ser o Conselho Universitário. O Professor Doutor  
1376 Roberto Bolzani Filho, com a palavra, esclarece que o aluno não cumpriu nenhum crédito no  
1377 curso, pois ficou doente no início do curso, e o procedimento para o reingresso quando não se  
1378 cumpre nenhum crédito só pode se der a partir da apresentação do laudo. Ressalta que não é uma  
1379 exigência da Comissão de Graduação, mas está no regimento da Universidade de São Paulo. A  
1380 Senhora Presidente colocou em votação e os pareceres foram APROVADOS. 4. **ELEIÇÃO**  
1381 **PARA CHEFE E VICE-CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA (Proc.:**  
1382 **2005.1.968.8.7). 4.1.** A Senhora Presidente comunica o colegiado que os Professores Doutores  
1383 Cícero Romão Resende de Araújo, Maria Hermínia Tavares de Almeida Eduardo Cesar Leão  
1384 Marques, Maria Teresa da Silva Arretche, Rafael Antonio Duarte Villa, Alvaro de Vita, abdicam  
1385 de seu direito a candidato a vaga em questão, por motivos particulares. 4.2. O Conselho do  
1386 Departamento de Ciência Política indica os Professores Doutores Fernando de Magalhães

## A T A S

1387 Papaterra Limongi e Bernardo Ricupero, como Chefe e Vice-Chefe do Departamento,  
1388 respectivamente. **5. COMISSÃO DE GRADUAÇÃO – ESTRUTURA CURRICULAR – 2011**  
1389 **(Proc.2010.1.2655.8.1). 5.1.** O Departamento de Letras Orientais solicita a criação de habilitação  
1390 em Língua e Literatura Coreana para o Curso de Letras – FFLCH – USP. A Senhora Presidente  
1391 solicita que o Professor Doutor Antonio José Bezerra Menezes Júnior, representante presente do  
1392 Departamento de Letras Orientais, que apresente o projeto. O Professor Doutor Antonio José  
1393 Bezerra Menezes Júnior afirma que o parecer do Professor Doutor Marco Aurélio Werle é bastante  
1394 esclarecedor sobre os pontos principais do projeto. Com o auxílio de uma apresentação de slides, o  
1395 Professor Doutor Antonio José Bezerra Menezes Júnior explica que em síntese a proposta de  
1396 criação da habilitação em Língua e Literatura coreana já fazia parte do Plano de Metas e Ações do  
1397 Departamento de Letras Orientais. Afirma que nova habilitação oferecerá 15 vagas, sem a  
1398 necessidade de aumentar o número de vagas da FUVEST, isto porque a FUVEST oferece 849  
1399 vagas para o curso de Letras e essas 15 vagas estarão entre elas, não aumentando o número de  
1400 alunos na Letras que já é bastante grande atualmente. Explica que a implantação da habilitação  
1401 será gradativa, pois não é necessário oferecer todas as disciplinas obrigatórias no primeiro ano de  
1402 funcionamento do curso, porque a princípio só terão alunos do primeiro ano, de modo que os  
1403 claros necessários deverão vir gradativamente. Diz que os objetivos principais são completar área  
1404 de estudos do Extremo Oriente, cujos principais representantes são China, Japão e Coréia, países  
1405 de alto dinamismo econômico e cultural, representados por expressivas comunidades de  
1406 integrantes em São Paulo, constituindo um caso único na América Latina, pois existem aqui três  
1407 colônias do Extremo Oriente muito bem representadas, a dos chineses, japoneses e coreanos.  
1408 Ainda falando dos objetivos cita a finalidade de formar especialistas em língua e literatura coreana  
1409 capazes de desenvolver os estudos coreanos e aprofundar o intercâmbio acadêmico entre Brasil e  
1410 Coréia. Relata que ao estudar a questão observou que na Coréia o nível de estudos do português e  
1411 da cultura brasileira era muito mais avançado do que é o recíproco. Cita como último objetivo a  
1412 proposta de diversificar as opções do bacharelado, valorizando a graduação em Letras. Afirma que  
1413 essas três culturas do extremo oriente são, sem dúvida, as mais representativas e no contexto atual  
1414 têm uma representação no cenário internacional muito forte. Diz que estrutura da proposta segue o  
1415 que a Pró-Reitoria de Graduação estabelece: introdução, justificativa, dados da habilitação, projeto  
1416 pedagógico, currículo ideal, etc. Esclarece que se trata da criação não de um novo curso, mas de  
1417 uma nova habilitação em um curso já existente. Relata que entrevistou antigos professores do DLO  
1418 e através deles descobriu que a idéia de criar o curso de coreano já existia no projeto original do  
1419 DLO, ainda como antiga Seção de Estudos Orientais do Departamento de História. Relata que o

## A T A S

1420 primeiro curso de línguas do Extremo Oriente foi o de japonês, e que o Professor Doutor  
1421 Eurípedes Simões de Paula considerou a importância de se ter o curso de japonês, mas se fossem  
1422 implantá-lo deveriam ter também o curso de chinês, pois o legado cultural chinês era muito  
1423 importante para a o Japão. Dando continuidade, o Professor Doutor Antonio José Bezerra Menezes  
1424 Júnior afirma que a ligação cultural entre a China e a Coréia também é muito antiga, e por isso não  
1425 é estranho que o curso de chinês, ao qual faz parte, tenha liderado a proposta de trazer o curso de  
1426 coreano. Apresenta um panorama das habilitações que existem no DLO e do número de vagas  
1427 oferecidas na graduação e na pós-graduação. Demonstra que as 15 vagas que serão oferecidas ao  
1428 curso de coreano no período matutino estão proporcionais ao que é oferecido para o curso de  
1429 chinês. Afirma que a expectativa de 15 vagas é baseada em estudos. Faz um relato sobre o  
1430 histórico das relações dos estudos coreanos no âmbito do DLO, afirmando que depois da ligação  
1431 remota do projeto do Professor Doutor Eurípedes Simões de Paula, houve contato a partir da  
1432 década de 1990, começando com o oferecimento de cursos de difusão cultural, que evoluiu  
1433 lentamente culminando no oferecimento de optativas para a graduação em Letras a partir de 2006,  
1434 apresentando uma procura significativa. Diz que em 2008, a criação da habilitação em coreano foi  
1435 finalmente colocada no Plano de Metas e Ações, mas desde 2007 o departamento estudava qual  
1436 era a viabilidade, qual era a possibilidade concreta de se criar essa habilitação, e como o projeto só  
1437 foi viabilizado em 2009, houve dois anos de reflexões, estudos e contatos para chegar a esta  
1438 proposta. Demonstra que o número de alunos matriculados em língua coreana comparados com o  
1439 chinês e o japonês, que são disciplinas obrigatórias, é bastante alto, e argumenta que a procura foi  
1440 importante para se considerar o projeto. Relata algumas atividades do Grupo de Estudos Coreanos,  
1441 e afirma que tem apresentado um grande dinamismo. Esboça um breve panorama dos estudos  
1442 coreanos no Brasil e na América Latina, apontando como estão avançados especialmente no Chile  
1443 e no México. Diz que no Brasil há grupos e núcleos de estudos, mas não existe nenhum curso de  
1444 língua, literatura e cultura coreanas. Relata que na Coréia existem cursos de graduação e mestrado  
1445 em português, demonstrando o grande interesse do Extremo Oriente especialmente China e Coréia,  
1446 em relação ao Brasil e à América Latina. Afirma que algumas universidades, como a Unicamp e a  
1447 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, têm um intenso intercâmbio com Coréia do Sul. Faz  
1448 um breve panorama das relações entre Brasil e Coréia, e afirma que o Brasil recebeu um número  
1449 de coreanos maior do que o dobro do segundo lugar na América Latina, mas que a Argentina,  
1450 México e Chile têm mais estudos coreanos do o Brasil. Cita acordos acadêmicos já firmados com a  
1451 USP e fala de alguns protocolos acadêmicos que estão em estudos. Diz que a justificativa  
1452 acadêmica se dá pela a importância da língua, da literatura, da cultura e dos estudos coreanos.

## FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## A T A S

1453 Afirma que a estrutura da habilitação a ser criada será muito semelhante a dos cursos de japonês e  
1454 chinês. Cita a questão da necessidade de se encontrar professores de língua e cultura coreanas. A  
1455 Senhora Presidente coloca em votação e a referida criação foi APROVADA. **ELEIÇÃO PARA**  
1456 **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA (Proc.: 2005.1.968.8.7). 6.1.** A Senhora  
1457 Presidente informa o colegiado de que a professora Doutora Esmeralda Valiati Negrão abdica de  
1458 seu direito a candidato a vaga em questão, pois além das tarefas acadêmicas, está na função de  
1459 Assessora Técnica de Gabinete da PRCEU – USP. Ninguém mais desejando fazer uso da palavra,  
1460 a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão. E, para constar,  
1461 eu, Kely Cristine Soares da Silva, Assistente Técnica de Direção para Assuntos Acadêmicos, em  
1462 exercício, redigi a presente ata que assino juntamente com a Senhora Diretora. São Paulo, 21 de  
1463 outubro de 2010.